

ENTREVISTA: SILVANA NASCIMENTO

GABRIELLE MARTINS DA SILVA

GIOVANNA MOTA RODRIGUES

HELOÍSA SALLES CAMARGO

JULIA SOARES ARAÚJO

NAYANE VICTÓRIA BRASSAROTO DE MACEDO

THAINÁ BISPO LACERDA¹

Para a décima terceira edição da *Humanidades em Diálogo*, foi com muita felicidade que entrevistamos Silvana de Souza Nascimento, graduada em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP) e mestre e doutora em Antropologia pela mesma universidade. Silvana é docente do Departamento de Antropologia da USP desde 2013, atuando nas áreas de Marcadores Sociais da Diferença e da Antropologia Urbana. Coordena o Grupo de Pesquisa Cócix - Estudos indisciplinados do corpo e do território (CNPq) e faz parte, como pesquisadora, do Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana e do Diversitas (Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos). Atualmente, coordena pesquisas voltadas para transgeneridades, transfeminismos, corpo, gênero, cuidado e interseccionalidades. Co-coordena o projeto de pesquisa e extensão Corpas Trans e Travestis na Universidade de São Paulo. Também atuou, de 2007 a 2013, como docente de Antropologia na Universidade Federal da Paraíba, campus Litoral Norte (Rio Tinto) e foi fundadora do Guetu (Grupo de pesquisa em Etnografias Urbanas). Além disso, é co-autora dos livros “Políticas e Poéticas LGBT na Paraíba”, “Retratos da Prostituição Feminina na Paraíba” e “Fernanda Benvenutti - uma política travesti”.

Em correspondência com a produção de Silvana Nascimento, esta edição da *Humanidades em Diálogo* conta com o dossiê *Gênero, Corpo e Experiência*, presente a partir da página 37. O dossiê é composto por artigos que exploram a relação entre identidade, corporalidades e a variedade de elementos que compõem e conformam as experiências de gênero. Pensando na importância do incentivo de discussões que tratam de gênero como categoria de análise, iniciamos esse novo dossiê temático que visa contribuir no debate que busca entender as tensões da relação entre gênero e a construção do corpo.

Humanidades em Diálogo: Em sua trajetória acadêmica, notamos que você tem uma vasta produção que conjuga antropologia urbana, estudo de gênero e movimento feminista no Brasil. Diante disso, como se deu o processo de direcionamento de suas pesquisas para temáticas que tratam das relações entre gênero e território?

Silvana Nascimento: Meu interesse pela pesquisa desde a graduação, sempre foi, digamos, meio fora do convencional naquela época. Entrei na graduação em 1992, depois fiz uma iniciação científica na Sociologia, mas fui para a Antropologia. No começo, eu trabalhava com as relações rural-urbano – eu estava entre estudos rurais e estudos urbanos, isso na iniciação científica. No mestrado também, só que na

¹ A entrevista foi desenvolvida por uma comissão da *Humanidades em Diálogo*, composta pelas editoras mencionadas, e realizada de maneira virtual, no dia 19 de maio de 2023.

iniciação científica eu fazia com uma professora da Sociologia do Trabalho, a Heloisa Martins², que já está aposentada. A própria Heloisa, e mesmo o José de Souza Martins³ – que é um sociólogo também, e era professor na época –, me incentivaram a ir para a Antropologia, porque achavam que na Antropologia eu teria mais potencialidade para fazer pesquisa de campo, já que eu sempre gostei muito de fazer pesquisa de campo – sempre gostei muito.

No mestrado, eu trabalhei com uma festa popular: a Festa do Divino Pai Eterno. Era uma festa rural, só que eu queria entender qual era a relação que esses trabalhadores rurais em Goiás tinham com a cidade. Meu orientador foi o Magnani⁴, que era [da área] dos Estudos Urbanos, mas o meu campo estava no campo, não era na cidade, então eu já estava entre campos disciplinares distintos. No final do mestrado, eu comecei a pensar em questões de gênero, na minha própria trajetória... Não havia essa discussão de gênero na universidade. Tinha uma disciplina de gênero, de Sociologia: Mulher e Trabalho ou Mulher e Gênero, que era a Eva Blay⁵ que dava na época. Tinha o Núcleo de Estudos da Mulher e de Gênero. Mas só havia Eva Blay, que era de uma área mais da demografia de pesquisa *quanti*... não tinha a ver muito com Antropologia. Não tinha disciplina – nem mesmo na pós-graduação. Não tinha disciplina de pós-graduação sobre gênero, não tinha coletivo feminista, não tinha coletivo LGBT... tinha Núcleo da

² Heloísa Helena Teixeira de Souza Martins possui graduação em Ciências Sociais pela USP (1963), mestrado em Sociologia pela USP (1975) e doutorado em Sociologia pela USP (1986). Atualmente é professora doutora aposentada da USP, assessora *ad hoc* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e assessora *ad hoc* da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: trabalho, sindicalismo, juventude, desemprego e mercado de trabalho. [texto adaptado do sistema de currículo lattes].

³ José de Souza Martins cursou graduação em Ciências Sociais (Bacharelado e licenciatura) pela FFLCH-USP (1964), realizou mestrado e doutorado em Sociologia pela USP. Professor-visitante da *University of Florida* (1983) e da Universidade de Lisboa (2000). Sociólogo, com docência e produção científica em Sociologia da Fronteira, Sociologia dos Movimentos Sociais, Sociologia da Violência, Sociologia da Vida Cotidiana, Sociologia Visual. Prêmio Florestan Fernandes (Sociedade Brasileira de Sociologia, 2007). Professor Emérito da FFLCH-USP. Professor *Honoris Causa* da Universidade Federal de Viçosa (MG), 2013. Doutor *Honoris Causa* da Universidade Federal da Paraíba, 2013 e da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (SP), 2014. [texto adaptado do sistema de currículo lattes].

⁴ José Guilherme Cantor Magnani é professor Titular do Departamento de Antropologia da FFLCH/USP, é mestre em Sociologia pela *Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales* (FLACSO/CHILE), concluiu o doutorado em Ciências Humanas (Antropologia Social) pela USP em 1982. Atua na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Urbana. É coordenador do Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana da USP (Lab/NAU/USP), de sua revista eletrônica *Ponto.Urbe* e da coleção "Antropologia Hoje" Nau/Editora Terceiro Nome e Grama. [texto adaptado do sistema de currículo lattes].

⁵ Eva Alterman Blay possui graduação (1959), mestrado (1969) e doutorado em Sociologia pela USP (1973). *Interregional adviser for the Advancement of Women. Vienna UN Office*. Criou o primeiro curso de graduação e pós-graduação sobre a mulher na USP. Foi fundadora e Presidente do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU) na década de 1980. Fundou o NEMGE (Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero) do qual foi Coordenadora Científica; foi a primeira Presidenta do Conselho Estadual da Condição Feminina do Estado de Paulo (1983-85), Senadora da República entre dezembro de 1992 e janeiro de 1995. Atualmente é Professora Titular Sênior da USP. Coordena o USP MULHERES/ONU. É membro da Câmara temática Interdisciplinar da Mulher do Conselho Regional de Medicina de São Paulo. Publicou livros e artigos sobre questões urbanas, habitação operária, participação política da mulher, Violência contra a mulher, Feminismo e masculinidades e Imigração Judaica. Recebeu o título de Professora Emérita da FFLCH-USP (2018). [texto adaptado do sistema de currículo lattes].

Consciência Negra, mas não tinha essa coisa de gênero e sexualidade. Nem como movimento social na universidade, nem de forma acadêmica.

Mas [entrei em contato com a temática] no final do mestrado, pela própria experiência que eu tive em campo com as mulheres – a minha pesquisa era sobre a relação campo-cidade, mas eu me aproximei muito mais das mulheres naquele contexto e eu observava que havia, digamos, um estereótipo das mulheres do campo de que eram mulheres mais sujeitadas, que estavam mais sujeitadas aos poderes patriarcais. E o que eu vi no campo não era isso: eram mulheres super empoderadas, que eram escolarizadas, professoras, que tinham uma distância muito grande de escolaridade em relação aos maridos – os maridos tinham escolaridade muito baixa –: elas buscavam estudar. Elas eram muito empoderadas. E aí eu comecei a achar interessante pesquisar gênero. Eu comecei a procurar. E na defesa do mestrado, já na banca, o professor John Dawsey⁶, começou a me provocar sobre essa questão de sexualidade, de gênero, e começou a me mostrar que eu tinha muito conteúdo de gênero, só que não estavam explícitas nas minhas problemáticas, nos meus interesses. E aí começa a aparecer nesse eixo rural-urbano as questões de gênero. É no doutorado, realmente, que eu mergulho nas questões de gênero. Nesse lugar mesmo: nesse contexto rural em Goiás, que era um contexto de pecuária. Então: rodeio, festa de rodeio... um mundo bem heteronormativo, mas, ao mesmo tempo, eu tinha vários escapes. Inclusive eu escrevi agora um artigo na revista ‘O público e o privado’ que se chama “Hétero, é sempre normativo?”⁷, fazendo provocações, porque eu via que, por exemplo, tinha uma grande produção de gênero sobre mulheres, e uma produção de sexualidade sobre questões gays e lésbicas. Sobre questões transexuais (trans) tinha poucas na época, eram mais gays e lésbicas – sobre homossexualidades. Eu falei, “bom, mas será que não dá para a gente cruzar essas teorias, pensar em homossociabilidades?”.

Então, eu comecei a pensar nos cruzamentos que hétero e homo poderiam provocar e também gênero e sexualidade – isso foi no doutorado. E aí eu já comecei a estudar mais sobre gênero, o que não tinha na USP. Não tinha o NUMAS – que é o Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais das Diferenças⁸ –, não tinha professores nessa temática, ainda... a Helô⁹ estava terminando o doutorado na

⁶ John Cowart Dawsey é Professor Titular na área de antropologia e estudos de performance na USP (2007). Bacharel em História pela *Florida Southern* (1973), Mestrado em Teologia (1977) e *Ph.D* em Antropologia (1989) pela *Emory University*. Defendeu tese de Livre-Docência, *De que riem os boias-frias? Walter Benjamin e o teatro épico de Brecht em carrocerias de caminhões*, em Antropologia Social (1999) pela USP. *Visiting Scholar* na New York University (2019). Coordenador do Núcleo de Antropologia, Performance e Drama (Napedra) desde a sua fundação em 2001. Apoio docente junto ao Núcleo de Artes Afro-Brasileiras da USP (dirigido por Luiz Antonio Nascimento Cardoso, Mestre Pinguim) desde 2007. Suas publicações tratam de temas como performance e antropologia; antropologia da experiência; antropologia benjaminiana; teatro dos boias frias; bonecos ribeirinhos; a Casa de Joana Dark; Nossa Senhora do Risca-Faca; Aparecida e a mulher lobisomem. [texto adaptado do sistema de currículo lattes]

⁷ Artigo publicado em 2022 e disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicooprivado/article/view/8109>.

⁸ *Facebook* do Núcleo de Estudos sobre Marcadores da Diferença: https://www.facebook.com/numasusp/?locale=pt_BR.

⁹ Se referindo à Heloísa Buarque de Almeida, graduada em Ciências Sociais pela USP (1988), mestrado em Antropologia Social pela USP (1995) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2001). Atualmente é professora associada (Livre Docente) da USP, docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, presidente da Comissão de Defesa de Direitos Humanos da FFLCH, e membro do NUMAS (Núcleo de Estudos dos Marcadores Sociais da Diferença). Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Urbana e Marcadores Sociais da Diferença, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, mídia, marcadores sociais da diferença,

Unicamp [Universidade estadual de Campinas], o Júlio¹⁰ também ainda não estava lá – ele entrou quando eu estava terminando o doutorado. Enfim, não tinha disciplinas, o Júlio não estava oferecendo disciplina optativa. Nada. E aí eu fui fazer minha formação na Unicamp, porque, na Unicamp já tinha o Núcleo de Estudos de Gênero Pagu¹¹. Na Unicamp eu conheci bastante produção de gênero com a Mariza Correa¹² – que é uma referência muito importante na minha vida acadêmica. A Mariza Corrêa para mim é uma inspiração. Ela foi uma das primeiras professoras – apesar de ser uma antropóloga de olho azul, branca [risadas] – a trazer a temática racial no discurso de Ciências Sociais... a discutir a questão da mulata, que a Lélia Gonzalez¹³ já falava, nos anos 1980. Mas a Mariza também tem uma publicação sobre a condição da mulata, dos estereótipos raciais. Ela foi trazendo uma produção bibliográfica que não tinha no Brasil. Antes era tudo em inglês. Eu sempre tive muita dificuldade com inglês. “O Gênero da Dádiva”, da Marilyn Strathern¹⁴, não tinha em português: a Mariza Correa estava traduzindo, e ela emprestava uma tradução informal para a gente. Como eu me apaixonei pelo tema, eu falei: “agora, eu vou ter que

família, corpo, violência de gênero. É fundadora da Rede Não Cala - Rede de Professoras pelo fim da violência sexual e de Gênero na USP. [texto adaptado do sistema de currículo lattes].

¹⁰ Se refere a Júlio Assis Simões, que tem graduação e licenciatura em Ciências Sociais pela USP, mestrado em Antropologia Social e doutorado em Ciências Sociais pela Unicamp. Desde 2001 é Professor do Departamento de Antropologia da FFLCH-USP. Pesquisador-líder do NUMAS - Núcleo de Estudos dos Marcadores Sociais da Diferença. Tem experiência na área de Antropologia Social, atuando principalmente nos seguintes temas: antropologia urbana; antropologia e política; movimentos sociais; envelhecimento, gerações e curso de vida; gênero e sexualidade. Publicou, entre outros, *O dilema da participação popular* (prêmio ANPOCS de melhor dissertação de mestrado em 1991). [texto adaptado do sistema de currículo lattes].

¹¹ Site do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu: <https://www.pagu.unicamp.br/>.

¹² Mariza Correa é professora do Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp durante trinta anos e atualmente é pesquisadora do Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero da mesma universidade, no qual coordena um Projeto Temático da Fapesp sobre gênero e corporalidade. Ex-presidente da Associação Brasileira de Antropologia. [texto adaptado do sistema de currículo lattes].

¹³ Intelectual e ativista negra, Lélia de Almeida Gonzalez (1935-1994) destaca-se por sua produção e por intensa atuação política contra o racismo e o sexismo. As discussões que propôs sobre questões identitárias e sobre relações de raça e gênero no Brasil repercutem em diversos campos do conhecimento, encontrando forte eco nos estudos culturais e na antropologia. Filha de uma empregada doméstica de origem indígena e de um homem negro, ferroviário, pertencente a uma extensa família operária, Lélia se forma em história e filosofia, tornando-se professora na rede básica de ensino e no ensino médio, lecionando em escolas públicas e privadas. Realiza mestrado em comunicação social e doutorado em antropologia, tornando-se professora e pesquisadora na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, entre 1978 e 1994. [texto adaptado da Enciclopédia de Antropologia da FFLCH, disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/autor/lelia-gonzalez/>.]

¹⁴ Marilyn Strathern nasceu no Reino Unido, em 1941. Estudou arqueologia e antropologia no Girton College, da Universidade de Cambridge, concluindo o bacharelado (B. A.) em 1963. Entre 1964 e 1965 realizou dezesseis meses de pesquisa de campo no monte Hagen, na Papua-Nova Guiné, focada nas relações entre homens e mulheres. Em 1968, recebeu o título de PhD em antropologia social, publicando a monografia *Women in between*, em 1972. A partir da etnografia no monte Hagen e de sua experiência como antropóloga feminista, desenvolveu reflexões originais sobre relações de gênero, resultando na publicação de *O gênero da dádiva*, em 1988, sua obra fundamental. Além de escrever artigos, livros e coletâneas sobre os mais variados assuntos, em diálogo com outros campos do conhecimento como psicologia, biologia e direito, Strathern envolveu-se em projetos legislativos, sendo, por exemplo, consultora do Departamento de Direito da Papua-Nova Guiné para a reforma do Código Penal entre 1973 e 1974. [Texto adaptado da página do site da Editora Ubu sobre Marilyn Strathern: <https://www.ubueditora.com.br/autor/marilyn-strathern.html>]

aprender a ler em inglês”. Aí comecei a ir para bibliotecas, dicionário de um lado, tentando fazer cursos de inglês... Até hoje tenho muita dificuldade. Não falo, mas aprendi na prática, nos cursos, com a Mariza Corrêa, a ler em inglês, porque era o que tinha na época. Não tinha produção em português. Tinha produção em francês, em inglês, em espanhol – menos, porque espanhol chegava pouco ainda: a produção latinoamericana espanhola chegava pouco.

Enfim, comecei a estudar bastante gênero com a Mariza, com a Bibia Gregóri¹⁵ também e com a Adriana Piscitelli¹⁶. Então, essas três professoras, para mim, foram fundamentais na minha formação. E, ao mesmo tempo, no doutorado, eu continuei sendo orientada pelo Magnani. Então, eu tinha uma referência teórica dos Estudos Urbanos, do Núcleo de Antropologia Urbana - uma formação clássica. E ao mesmo tempo, eu, por mim mesma [risada], comecei a ir atrás dessa outra bibliografia. E a Mariza Corrêa foi na minha banca de doutorado. Então essa foi a minha formação antes de chegar na parte da questão trans, que é mais recente. Depois, eu defendi o doutorado e comecei a atuar mais especificamente com questões de movimento feminista, trabalhando em organização feminista. Fui do Conselho Estadual da Condição Feminina¹⁷. Enfim, participei de oficinas contra a violência de gênero – que hoje eu nem sei mais se ainda estão em funcionamento –, Marcha Mundial de Mulheres¹⁸, organização do 8 de Março... Então, fui mergulhando nessas questões, trabalhando também no Instituto Consulado da Mulher¹⁹, que trabalhava com economia solidária voltada para mulheres de baixa renda. Mas quando eu comecei a ficar só no campo mais social, ativista, eu sentia muita falta de estudar, de fazer pesquisa, porque trabalhar em questões sociais me consumia 14 horas do meu tempo, e eu não conseguia fazer pesquisa, eu não conseguia estudar. Aí eu comecei a procurar... a fazer concursos públicos para docente.

¹⁵ Se referindo a Maria Filomena Gregori, que é professora Livre-Docente do Departamento de Antropologia (UNICAMP, 2010), onde se graduou em Ciências Sociais (1981), mestrado em Ciência Política (USP, 1988), doutorado em Antropologia Social (USP, 1997), estudos de pós-doutorado no *Department of Anthropology (UNIVERSITY OF CALIFORNIA, Berkeley, 2001)*. Atualmente, coordena o Observatório Pesquisa, Ciência e Liberdade, articulação de instituições da sociedade civil acadêmica de iniciativa da SBPC. É pesquisadora associada do Pagu - Núcleo de Estudos de Gênero (UNICAMP), sendo membro de seu Conselho Científico. Tem experiência na área de Antropologia, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, estudos de gênero, violência urbana e antropologia urbana. [texto adaptado do sistema de currículo lattes].

¹⁶ Adriana Gracia Piscitelli possui graduação em Ciências Antropológicas/Univ. de Buenos Aires (1979), especialização em *Gender and Development/Univ. of Sussex* (1988), mestrado em Antropologia Social/Unicamp (1990), doutorado em Ciências Sociais/Univ. Estadual de Campinas (1999); Integrou o grupo fundador do Núcleo de Estudos de Gênero-PAGU e criador do cadernos PAGU. Atualmente é professora plena no Departamento de Antropologia Social e no Doutorado em Ciências Sociais da Unicamp. Tem atuado nos seguintes temas: gênero, memória, parentesco, sexualidade, turismo sexual, prostituição, migrações, tráfico internacional de pessoas, teoria feminista e teoria antropológica. [texto adaptado do sistema de currículo lattes].

¹⁷ Para mais informações, acesse o site do Conselho Estadual da Condição Feminina: <https://www.mulher.sp.gov.br/conselho-estadual-da-condicao-feminina/>.

¹⁸ Para mais informações, acesse o site da Marcha Mundial das Mulheres: <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/>.

¹⁹ Para mais informações, acesse o site do Instituto Consulado da Mulher: <https://www.consuladodamulher.org.br/>.

Eu defendi o doutorado em 2006, trabalhei ali uns três ou quatro anos em outras coisas. Em 2008/2010, Lula lançou o Programa REUNI²⁰... Foi um momento muito, muito bom de campo de trabalho para antropólogos, porque havia muitas vagas de concursos em universidades fora, claro, dos grandes centros. Tinha algumas em São Paulo, tinha na UNIFESP, tinha na USP: estava rolando na USP Leste, tinha na USP no campus Cidade Universitária, mas tinha várias universidades no interior do Brasil, com muitas vagas, muitos concursos – e eu não queria ficar em São Paulo. Eu queria sair de São Paulo. Eu não aguentava mais ficar em São Paulo. Estava num processo de esgotamento de trabalho, meio de saco cheio da USP, de toda essa dinâmica que vocês aí também devem ter, apesar de ser uma universidade super importante, referência internacional, mas, fiquei de saco cheio de estar na bolha e de ficar na bolha. E fui procurar, então, concursos em outros lugares. E passei! Fui para o concurso onde eu passei, que foi o concurso na Universidade Federal da Paraíba, que era um campus no interior, no litoral norte, um curso de graduação em Antropologia. Fui a primeira professora de Antropologia contratada lá, em 2007. Tinha bastante recurso para fazer laboratório. Foi um momento muito importante de política pública no Governo Federal para a educação superior, foi fundamental. O incentivo a novos cursos, a mais vagas, investimento para laboratório, a gente montou biblioteca... Foi um momento muito bom, muito importante, e de muitos aprendizados.

E ali, nessa região da Paraíba, o litoral norte é uma região muito pobre, que tem uma grande área indígena, terra indígena Potiguará. A maior população indígena do nordeste está na Paraíba: os Potiguaras, que estão lá desde sempre. São de tronco linguístico Tupi, não falam mais a língua – eles perderam a língua –, mas estão ali há muitos séculos, desde antes do Brasil. E a universidade fica dentro da terra indígena Potiguará, onde tinha muitos alunos indígenas, além de ser uma área que era uma antiga vila operária. Também é uma região de cidades médias, digamos assim, que fica na região metropolitana de João Pessoa, a capital da Paraíba. Lá havia uma produção grande e forte sobre os povos indígenas, que era uma área que eu não dominava e nem domino – etnologia indígena nunca foi uma área que eu me aprofundei –, então pensei: “puxa, vou fazer um projeto de antropologia urbana aqui. Será que dá para pensar em categorias da antropologia urbana, que foi construída em cidades como Rio e São Paulo, para cidades médias?” Cidades médias pensado na escala Paraíba, cidades médias, como: Rio Tinto, que tem trinta mil habitantes; Mamanguape, que tem sessenta mil habitantes. São cidades que têm uma centralidade econômica, por serem área de usina de cana de açúcar. Então, comecei um projeto com alunos de graduação para pensar na antropologia urbana nessas cidades, e a gente montou um grupo lá: o GUETU - Grupo de Pesquisas em Etnografias Urbanas²¹, que ainda existe até hoje. É coordenado pelo Marco Aurélio Paz Tella²² hoje - não sei se ainda.

²⁰ Para saber mais informações, acesse o site do Programa REUNI: <https://reuni.mec.gov.br/>.

²¹ Para saber mais informações, acesse o canal de YouTube do Grupo de Pesquisas em Etnografia Urbana: <https://www.youtube.com/@guetuufpb4234>.

²² Marco Aurélio Paz Tella é professor associado do curso bacharelado de Antropologia, Campus IV e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Etnografias Urbanas (Guetu) UFPB/Campus IV, membro do Núcleo e Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI/UFPB) e membro fundador da Rede de Estudos sobre Experiências e Ações Juvenis (REAJ). É Sócio Efetivo da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: cidade, práticas culturais juvenis, relações étnico-raciais. [texto adaptado do sistema de currículo lattes]

O que foi interessante é que eu comecei a estudar sexualidade e corpo também e havia um lugar de prostituição onde está a universidade, porque é uma beira de estrada. É um lugar muito central em termos de circulação de dinheiro, circulação de caminhoneiros e circulação de trabalhadores. Quem eram as pessoas que não estavam sendo vistas, que não estavam sendo faladas? Os professores usavam sempre o discurso de que era um lugar muito deteriorado, que era um lugar feio. Por que era um lugar feio? Porque as travestis estavam sempre ali. As putas, putas pretas, travestis. Então, pensei: “se elas só são faladas pelo estereótipo, é com elas que eu quero conversar. Vamos começar por elas”. A pesquisa em si, começou efetivamente em 2008: eu mandei um projeto para o CNPQ, que tinha um edital que chamava “Jovens Pesquisadores”, para incentivar professores novos que estavam em campos avançados, e em campus do interior. E eu ganhei o edital. Tinha bolsa também, tinha recurso, então, começamos. Comecei a fazer pesquisa com travestis pensando a relação entre travestilidades e cidades nesta região – então já havia o diálogo entre a questão trans e a questão da cidade. E a cidade também não era uma cidade muito estudada pela Antropologia Urbana: era uma cidade pequena.

Então, pensando na minha trajetória, eu sempre fui meio *outsider*. Meu lugar é o lugar da fronteira. Não sei se vocês já leram aquele artigo da Patrícia Hill Collins²³, “Aprendendo com a *outsider within*”²⁴. Eu sou uma *outsider within*. Pensando em termos acadêmicos, como uma pessoa que é parda, mas que vem de uma classe média... então, estou num lugar, mas não estou. Tenho uma trajetória de uma família preta por parte de pai e uma família cabocla por parte de mãe, indígena... rural. E estou na segunda geração: meus pais são da primeira geração da família que conseguiu estudar em uma universidade, e eu sou da segunda geração. Meus pais me propiciaram uma educação que eles não tiveram. Acho que aos poucos vou entendendo o meu lugar. Desde o começo, eu não conseguia estar academicamente, por exemplo, só no rural, só no urbano, ou só no gênero, ou só na cidade, ou só com a questão da sexualidade. Eu sempre fui buscar entender os sentidos do espaço “entre”: o que está entre as coisas, e não o que está de um lado ou do outro lado do rio, aquilo que está na terceira margem do rio – é isso que me interessa [risadas], desde o começo. Eu comecei a trabalhar com a questão trans em cidades em 2008 e estou nela até hoje, então foi um longo trajeto. A gente começou fazendo essa pesquisa que vocês citaram: “Corpografias Divergentes”²⁵. Primeiro, foi uma pesquisa que durou seis anos na Paraíba, no litoral norte. Teve uma pesquisa “mesmo”, acadêmica, com relatórios e artigos, mas, paralelamente, a gente trabalhou em 3 frentes, na Paraíba: 1. com o circuito dos mercados do sexo – prostituição –, tanto travesti como cisgênero (cis) também – teve um projeto específico sobre mulheres cis. 2. A outra pesquisa também foi uma atuação super ativista com o movimento LGBT, em João Pessoa. E agora, 3. no ano passado, a gente publicou a biografia da Fernanda Benvenutty, que foi uma ativista travesti super importante que morreu no começo de 2020. A gente publicou, finalmente, depois de anos de trabalho com ela, a biografia dela. Então, tem essa parte ativista de movimento LGBT e a outra que era a produção do corpo, a produção da beleza, que também era uma coisa que me interessava, porque para as travestis que estão no mercado do

²³ Patrícia Hill Collins é professora emérita do departamento de sociologia da *Universidade de Maryland*. Foi a primeira mulher negra a presidir a Associação Americana de Sociologia. É considerada, ao lado de Angela Davis e bell hooks, uma das mais influentes pesquisadoras do feminismo negro nos Estados Unidos. [texto adaptado de página do site da editora Boitempo sobre sobre Patrícia Hill Collins: <https://www.boitempoeditorial.com.br/autor/patricia-hill-collins-1608>]

²⁴ Artigo disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?format=pdf&lang=pt>.

²⁵ Artigo: “*Corpografias divergentes: las ciudades deseadas y las prohibidas en las experiencias travestis* (Brasil), publicado em 2019, disponível em: <https://revistas.icanh.gov.co/index.php/rca/article/view/800>.

sexo a produção da beleza é fundamental. É um mercado. É um mercado que mobiliza o corpo de uma certa forma, para um certo tipo de feminilidade. Assim, são essas três frentes: corpo, sexo e ativismo. Então, isso foi na Paraíba.

Humanidades em Diálogo: Você mencionou o movimento feminista e como os estudos de gênero eram na época em que você começou a conduzir suas pesquisas. Gostaríamos de saber quais mudanças você observou no campo feminista no Brasil ao longo dos anos, destacando as maiores conquistas e desafios que, na sua opinião, surgiram nesse período.

Silvana Nascimento: Então, primeiro é importante ser dito que eu me considero transfeminista. Eu sou transfeminista e vou pensar no lugar das mulheres trans. Por que eu me considero uma transfeminista? Porque eu creio que o feminismo, desde os primeiros movimentos feministas no século XIX, como o de Sojourner Truth²⁶, já problematiza o que é ser uma mulher. A Sojourner já estava problematizando, mostrando para as mulheres brancas que estavam lá no Congresso de encontro de mulheres no século XIX, que as mulheres não são únicas, que elas são múltiplas. Então, se partimos do pressuposto que o gênero é uma construção sócio-histórica, todas as mulheres devem ser incluídas nos feminismos, inclusive as mulheres trans. Não interessa que corpo elas têm, que genitália elas têm. A genitália não define o que é uma mulher, então por isso me penso como uma pessoa transfeminista, apesar de hoje me identificar como uma pessoa não-binária, mas digamos que sou uma mulher não binária, talvez, ou devir-mulher não-binária. Enfim, não sei, ainda estou explorando essa questão...

Lembro-me que quando eu comecei a participar do movimento feminista lá atrás, nos encontros do 08 de março, no início dos anos 2000, já havia a discussão se mulheres trans podiam participar, por exemplo, da marcha do 08 de março. Tinha as reuniões que aconteciam lá no Centro Informação Mulher, o CIM²⁷, que é presidido pela Marta Baião²⁸ até hoje, que é uma grande amiga. Marta Baião, que é fotógrafa, ativista, atriz, que tem um grupo que se chama Mal-Amadas, de teatro. A Marta, já naquela época, começava a se conhecer... E lembro-me que teve uma reunião do 08 de março, começo dos anos 2000, e foi votado na reunião que mulheres trans não poderiam participar. Eu naquela época era jovem, morria de vergonha. Eu sempre fui muito tímida, nunca falei em plenária, nunca falei em sala de aula. Eu só fui começar a falar, fazer perguntas para professor, no doutorado. Morria de vergonha que só de imaginar já suave, já começava a tremer. Então, eu sempre fui péssima de participação pública, depois fui aprendendo a gostar, mas isso não está em mim assim: “Eu sempre gostei de falar em público”, não. Então,

²⁶ Sojourner Truth (1797 – 1883) foi o nome adotado, a partir de 1843, por Isabella Baumfree, uma abolicionista afro-americana e ativista dos direitos da mulher. Norte-americana, Truth nasceu no cativo em Swartekill, Nova York. Seu discurso mais conhecido, *Não sou uma mulher?*, foi pronunciado em 1851, na Convenção dos Direitos da Mulher em Akron, Ohio. [texto adaptado de página do Portal Geledés dedicada à ativista: <https://www.geledes.org.br/sojourner-truth/>]

²⁷ Para saber mais, acesse o site do Centro Informação Mulher: <https://ael.ifch.unicamp.br/node/417>.

²⁸ Maria Marta Baião Seba é pós-Doutora pela USP, FFLCH, Núcleo de Estudos da Diversidades, Intolerâncias e Conflitos - DIVERSITAS, Doutora em Artes Cênicas pela USP (2019), Mestra em Artes Cênicas pela USP (2006), Graduação em Artes Plásticas pela UFES, Universidade Federal do Espírito Santo (1982) e Pós-Graduação Lato Sensu, Formação em Psicodrama (Pedagógico) na PUC-SP(2009), Multiartista, Artivista, direção/encenação/atuação das Mal-Amadas Poética do Desmonte grupo de teatro feminista, coordenação do CIM Centro Informação Mulher (acervo feminista), Repórter Fotográfica, atriz profissional, encenadora, ilustradora, atuação nas áreas de Artes Cênicas e Visuais, concepções e Curadoria, montagens de Instalações visuais, interativas, performativas, numa perspectiva de gênero, feminista, antipatriarcal, criação e falação de Antipoemas, etc. [texto adaptado do sistema de currículo lattes]

eu não falei nada, mas fiquei chocada na época, porque eu já tinha essa visão que mulheres são múltiplas, e é na multiplicidade que está a força do feminismo; não na essência de uma mulher imaginada, mas na multiplicidade dessas mulheres, de todas as cores, de todos os corpos para conseguirmos combater essa merda que é o patriarcado, que tá aí. Respiramos essa merda todos os dias, está no ar. Acho que isso é uma questão que se prolonga e acho que nos últimos anos tem se acirrado justamente por conta desse movimento das feministas trans-excludentes que, digamos, voltam a um tema, e para mim é como se fossem “des-feministas”. Porque se não tem gênero, se são só pessoas com vagina e com útero, e as mulheres que não têm útero? E as mulheres que não menstruam mais, por exemplo, como eu que eu vou fazer 50 anos, que já estou em outro processo corporal, nem preciso mais dos meus ovários? E não é uma questão para mim ter ovário ou útero. Nunca foi – quer dizer, foi porque eu quis ser mãe, tenho um filho, mas não sei se foi uma questão... Enfim, eu acho que essa questão começou há muito tempo e hoje se radicalizou.

Em relação às conquistas, eu lembro: nós tivemos um processo importante que foi fortalecido pelo governo Lula, pelas secretarias de mulheres. Isso começa ali na primeira gestão do Lula. Tinham as Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres²⁹. Eu fui numa das conferências, tinha uma organização maravilhosa, voltada a pensar as políticas a nível municipal, estadual e federal. Duas mil mulheres discutindo políticas: as pretas, a galera do MST, tinha toda uma organização. Mas o que aconteceu: numa das últimas conferências, na segunda gestão do Lula, foi votado em plenária e aprovada a legalização do aborto. Foi uma discussão muito longa, de um ano, com todas as organizações feministas no Brasil. Quando chegou para ser implantada a política, o Lula barrou. Da mesma forma, o programa Brasil Sem Homofobia³⁰, que foi em 2005, se não me engano – aquele projeto incrível de combate à homofobia, incluindo as escolas. É do clássico “kit gay”, que era um material didático fantástico, muito bom para trabalhar com o ensino médio. Chegou lá e foi barrado em decorrência de forças conservadoras. Então, tem muito material em termos de conquistas políticas públicas para mulheres e para LGBTs que foram construídas ao longo do governo Lula e Dilma que não se efetivaram. E aí tivemos no governo Bolsonaro um absurdo crescimento da ultradireita, não só no Brasil, mas no mundo todo. Isso fez com que tudo que tínhamos conquistado fosse, enfim, soterrado. E agora estamos tentando colar os caquinhos. Por exemplo: aborto é um tema que ainda é mal resolvido, do qual não se fala, igual a questão de discutir sexualidade nas escolas. Você tem o movimento Escola Sem Partido, “ideologia de gênero”, como se nós não pudéssemos discutir gênero e sexualidade com as crianças, o que é fundamental. E os movimentos das feministas trans-excludentes contribuem para esse momento conservador. Ele essencializa as categorias “mulher” e “homem”, como se só existissem homem e mulher no mundo, como se não existissem outras pessoas com outras denominações. Mas uma coisa muito importante que foi construída pelo governo Lula, de que não posso deixar de falar: são as cotas nas universidades, as políticas públicas para pessoas negras nas universidades. Eu acho que isso fortaleceu muito o movimento estudantil, apesar de que a USP não é exemplo, não é? Não é um exemplo!

Mas eu acho que as universidades federais, já há mais tempo – há mais tempo que a USP, fortaleceu muito o movimento estudantil com pautas que não estavam aparecendo até então, que é a

²⁹ Para mais informações sobre as Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres, acesse: <https://www.gov.br/participamaibrasil/v-conferencia-nacional-de-politicas-para-as-mulheres>.

³⁰ Para saber mais sobre o Programa Brasil Sem Homofobia, acesse: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf.

questão racial, a questão de gênero, a questão da deficiência, a questão indígena. Na USP, parece que agora finalmente aparecem, mas nas federais aparecem há muito mais tempo... Além disso, acho que também tem se transformado essas políticas de ações educativas e os movimentos sociais, pelos alunos que vieram de movimentos sociais, que estão na universidade ou que alimentam os movimentos sociais nas universidades... Acho que as ações afirmativas foram centrais para os feminismos também. Por exemplo, temos o coletivo Sueli Carneiro³¹, na Faculdade de Ciências Sociais da USP, né? Não sei se é da Ciências Sociais ou se é da FFLCH [Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo], mas o coletivo, formado por alunas pretas, está discutindo relações afetivas, discutindo afeto, discutindo cuidado... Então, você não tem só um coletivo feminista, tem um coletivo de mulheres pretas, da Sueli Carneiro³², que é uma intelectual que produz desde os anos 1980 e só agora é reconhecida como intelectual negra na Academia. Eu nunca li Sueli Carneiro na graduação, a gente não leu Angela Davis³³. Angela Davis não tinha traduzido para português na época, né? Você não tinha bell hooks em português, você não tinha Audre Lorde³⁴ em português. A gente não tinha Patricia Hill Collins. Então, nos anos

³¹ O coletivo Sueli Carneiro surgiu em 2019 a partir da proposta e desejo de oferecer um espaço seguro para compartilhamento de vivências de suas integrantes enquanto mulheres pretas. Para partilhar demandas de diversos espaços, mas, em especial, do universitário, promovendo trocas que as afirmem no meio e as impulsionem a continuar, oferecendo diversão, reflexão e afeto. O coletivo é uma rede de apoio, de respeito, empatia e acolhimento entre mulheres negras. [texto adaptado a partir de auto-descrição do Coletivo Sueli Carneiro em: <https://www.atados.com.br/ong/coletivo-de-mulheres-negras-sueli-carneiro/>].

³² Aparecida Sueli Carneiro Jacoel é doutora em Educação pela USP e fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra – primeira organização negra e feminista independente de São Paulo. Teórica da questão da mulher negra, criou o único programa brasileiro de orientação na área de saúde física e mental específico para mulheres negras. Em 1988, foi convidada a integrar o Conselho Nacional da Condição Feminina, em Brasília. Após denúncias de um grupo de cantores de rap da cidade de São Paulo, que queriam proteção porque eram vítimas frequentes de agressão policial, ela decidiu criar em 1992 um plano específico para a juventude negra, o Projeto Rappers, onde os jovens são agentes de denúncia e também multiplicadores da consciência de cidadania dos demais. Também é autora da obra *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil* que traz uma abordagem crítica dos comportamentos humanos e apresenta os principais avanços na superação das desigualdades criadas pela prática da discriminação racial – indicadores sociais, mercado de trabalho, consciência negra, cotas, miscigenação racial no Brasil, racismo no universo infantil, obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas públicas do País, entre outros. [texto adaptado da página sobre Sueli Carneiro no site do Portal Geledés: <https://www.geledes.org.br/sueli-carneiro/>]

³³ bell hooks é o pseudônimo da escritora, educadora, feminista e ativista social estadunidense Gloria Jean Watkins, nascida em 1952, no Kentucky. Autora de vasta obra, bell hooks investiga de uma perspectiva pós-moderna questões relativas à raça, classe e gênero na pedagogia, na história da sexualidade e do feminismo e na cultura em geral. Aluna de uma escola segregada quando criança e admiradora de Paulo Freire durante vida acadêmica, hooks defende a pluralidade dos feminismos e compreende a prática pedagógica como um lugar fundamentalmente político e de resistência nas lutas antirracista e anticapitalista. [texto adaptado da descrição de bell hooks pelo site da Editora Boitempo: <https://www.boitempoeditorial.com.br/autor/bell-hooks-1372/>]

³⁴ Audrey Geraldine Lorde foi escritora, poeta, ativista e referência nas lutas feministas, LGBT, do movimento negro e pelos direitos civis. Nascida em Nova York, em 1934, formou-se em biblioteconomia pela Universidade da Cidade de Nova York, em 1959. Ao longo do curso de graduação, exerceu diversas funções para se sustentar: técnica de raio-x, operária de fábrica, *ghost-writer*, secretária, supervisora de vendas. Depois de formada, passou a trabalhar como bibliotecária, completou o mestrado nesta mesma área na Universidade de Columbia e, em 1966, assumiu o posto de biblioteca-chefe em uma escola em Nova York, onde permaneceria até 1968. Paralelamente, desde o começo dos anos 1960, escrevia ensaios e sua poesia era regularmente publicada em revistas e antologias. Também participava ativamente dos movimentos culturais LGBT, e de ações

1990 não tínhamos essas autoras no Brasil, mas tínhamos Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, que já estavam escrevendo em português e nós não líamos. Então, acho que tem esse cruzamento aí... Há também outra coisa que é uma conquista importante: a Lei Maria da Penha, que acho que foi uma coisa muito importante, apesar de não termos conseguido legalizar o aborto, apenas o aborto legal, que foi a duras penas, né? Então, você não consegue legalmente fazer um aborto no Brasil, mas você tem a Lei Maria da Penha, que foi fundamental, não é?, para, enfim, tentar combater as violências domésticas.

Humanidades em Diálogo: Em seu artigo de 2022, “Hétero é sempre normativo? Gênero, socialidade e deslocamento em contextos interioranos”, você menciona a sobreposição de elementos associados a diferentes gêneros como uma potencial ruptura na construção da cisnormatividade. Você poderia nos falar quais as possibilidades e limites dessa ruptura atualmente?

Silvana Nascimento: Então, pensando na Butler³⁵, acho que o grande desafio de pensar gênero a partir da norma, é devido ao que Butler fala: que gênero é uma norma e que a norma é uma performatividade, de modo que a performatividade de gênero é uma norma que vai se repetindo ao longo do tempo. Você vai repetindo... Por exemplo, nós vamos repetindo as feminilidades, nós vamos repetindo as formas de ser mulher: o cabelo, as sobrancelhas, os gestos, os modos de falar, os modos de ser, os modos de se relacionar com o mundo, as roupas... Todas vocês sabem o que eu tô falando aqui [risadas], mas ninguém sabe de onde veio. Com quem? Da onde? Não tem nenhuma origem, né? O que a Butler fala é: repetição de um original que não tem origem. Que original de mulher seria esse? Não tem um original, mas todo mundo sabe o que que é, só que não tem um original. E na medida que você vai repetindo essa norma de gênero, pela própria repetição, brota uma “des-norma”, algo que sai, algo que escapa.

Então, o que ela fala que é fantástico é: mesmo dentro dessa cis-norma – e no artigo eu falo disso, eu vou um pouco mostrando como é que nasce a cis-norma lá em Goiás, onde eu fiz o campo – você vai repetindo aquela norma, mas na medida que você vai repetindo, você reproduz, de um lado, a desigualdade, a dominação, mas de outro, pela própria repetição tem alguma coisa que sai da repetição, porque não somos máquinas. A vida não é máquina. A vida, como o Deleuze fala, tem alguma coisa que escapa a ela. Você não consegue explicar, mas é pela própria repetição da norma. Nós não somos uma fábrica que reproduz tudo direitinho. O que é o original? Butler começa mostrando que é a *Drag Queen*, mas não precisa ser a *Drag Queen*, pode ser outra coisa... uma mulher paquistanesa, uma mulher trans, por exemplo, na Tanzânia. Vão brotando formas de feminilidade que são o que destoam daquela que você achava que era original. Mas, se não tem original, como é que você vai comparar? Então, acho que, ao mesmo tempo, a norma produz aquilo que escapa da norma. E é isso que a Butler fala. Eu acho que isso é interessante para pensar os feminismos, porque se as mulheres estão juntas combatendo o patriarcado e a dominação masculina, se elas estão juntas, se relacionando, vai surgir a diferença, vai surgir outra coisa... O

pelos direitos civis e das mulheres. [texto sobre Audre Lorde retirado do site da editora Bazar do Tempo: <https://bazardotempo.com.br/autores/audre-lorde/>]

³⁵ Judith Butler é filósofa e professora da Universidade da Califórnia. Possui uma extensa obra que, sempre em diálogo com a teoria crítica e a psicanálise, busca investigar questões como identidade e performatividade de gênero, ética e política das relações sociais, poder do Estado, vida e morte. [texto adaptado de página de site da editora Boitempo sobre Judith Butler: <https://www.boitempoeditorial.com.br/autor/patricia-hill-collins-1608>]

Lévi Strauss³⁶ fala, no “Raça e História”³⁷, que é aquele texto clássico, que ele escreveu para a Organização das Nações Unidas (ONU), que essa é a grande questão que ele entende da humanidade: quanto mais as pessoas se relacionam entre si, mais se produz a diferença. Ela é constitutiva da gente, da humanidade, da vida humana. Então, e aí é contraditório, você produz mais diferença, mas também produz mais desigualdade, né? E aí? O que que a gente faz? Eu acho que precisamos, primeiro, abarcar a diferença como projeto do feminismo e depois pensar como combater as desigualdades.

Humanidades em Diálogo: Há um artigo de sua autoria intitulado: “Fugas e Contrapontos na Fronteira: Reflexões Etnográficas sobre Transitividades Corporais e de Gênero no Alto Solimões”³⁸, publicado em 2019, no qual você explora a região fronteiriça. Nesse texto, você argumenta que essa área se revela propícia para acolher corporeidades dissidentes e promover a produção de transitividades e transgeneridades únicas que contribuem para a diversidade do multiverso trans. Poderia nos contar um pouco sobre a relação que você percebe entre as grandes metrópoles, como São Paulo, e as corporeidades não-normativas?

Silvana Nascimento: Essa é uma ótima pergunta, que também tem a ver com a minha tese de doutorado. Se você vai pegar os estudos, em grande parte hegemônicos, que trabalham com homossexualidades, sexualidades dissidentes e também com a questão trans, grande parte dos estudos estão voltados para grandes capitais. Há, digamos, um pressuposto teórico adotado por grande parte dos pesquisadores que é: nas grandes cidades você pode expressar sua sexualidade dissidente. Então, ser um gay em São Paulo é mais fácil do que ser um gay em Tabatinga, por exemplo, lá na tríplice fronteira amazônica. Ser uma mulher lésbica em Barcelona é melhor que ser uma mulher lésbica em Araraquara – da mesma forma que para uma pessoa trans.

³⁶ Claude Lévi-Strauss (1908-2009), esteve no Brasil e lecionou Sociologia na então recém-fundada USP, foi um dos nomes mais importantes da etnologia contemporânea. Suas contribuições científicas e metodológicas renovaram os estudos no âmbito dessa disciplina, que teve seu perfil profundamente alterado depois das suas obras. Ficou conhecido pela aplicação de procedimentos estruturais, originários da Linguística de Saussure, proporcionando assim uma compreensão nova dos mitos e outros elementos dos povos ditos primitivos. O *Pensamento Selvagem*, *Antropologia Estrutural* e *Tristes Trópicos* estão entre suas obras mais divulgadas. [texto adaptado da página sobre Lévi-Strauss do site do departamento de filosofia da FFLCH, disponível em: <https://filosofia.fflch.usp.br/node/5708>]

³⁷ Texto publicado em 1952 e disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5593556/mod_resource/content/1/Semana%2005%20-%20L%C3%89VI-STRAUSS%2C%20Claude.%20Ra%C3%A7a%20e%20hist%C3%B3ria.pdf

³⁸ Para ler o artigo, acesse: <https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/299>.

Mas, quando vamos pensar em nordeste – como quando eu fui professora no nordeste –, depois dialogando com Fabiano Gontijo³⁹ – que é um professor da Universidade Federal do Pará e é uma pessoa importante para pensar em gêneros dissidentes em contextos não metropolitanos –, nós vamos pensando com as pesquisas novas que têm surgido: será que é assim mesmo em todo lugar? Será que as grandes metrópoles são realmente os lugares mais acolhedores para sexualidades e gêneros dissidentes? O mais interessante é que vemos que não é necessariamente assim, como vemos nas pesquisas que eu fiz, também nas pesquisas de Fabiano Gontijo, Estevao Fernandes⁴⁰, Martinho Tota⁴¹, Thiago Oliveira⁴², Verônica Guerra⁴³ – Thiago e Verônica foram meus orientandos também. São Paulo, por exemplo, é uma cidade que tem maior índice de transfeminicídio que João Pessoa ou Rio Tinto. Por esse motivo, acho que não dá

³⁹ Fabiano Gontijo atualmente é Professor Titular, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) e à Faculdade de Ciências Sociais (FACS) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Em 1990, começou seus estudos de Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), terminando sua graduação em 1995, na *Université d'Aix-Marseille I (Université de Provence)*. Defendeu, em 1996, dissertação de mestrado tratando das expressões e experiências da diversidade sexual e de gênero formuladas através das situações ritualizadas do carnaval carioca. Publicou sua tese de doutorado, *Carnaval, Gênero e AIDS*, em 2000. Desenvolve pesquisas primordialmente nas áreas temáticas das expressões da diversidade sexual e de gênero, nacionalismos, tecnologias e dispositivos de poder, patrimônio cultural e institucionalização dos campos antropológicos e arqueológicos. [texto adaptado do sistema de currículo lattes]

⁴⁰ Estevao Rafael Fernandes é graduado em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (2002), mestrado em Antropologia pela Universidade de Brasília (2005) e Doutorado em Ciências Sociais (Estudos Comparados sobre as Américas) pela Universidade de Brasília (2015). É Pesquisador Colaborador da Fiocruz Rondônia. Possui interesses e experiência em etnologia indígena na Amazônia (em especial povos Jê), contato interétnico, colonialidade, sexualidades não-hegemônicas em povos indígenas e antropologias indisciplinadas e dissidentes na América Latina e transplante envolvendo pessoas indígenas. [texto adaptado do sistema de currículo lattes]

⁴¹ Martinho Tota Filho Rocha de Araújo é graduado em Ciências Sociais, com concentração em Antropologia, pela Universidade Federal de Campina Grande, Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, Doutor em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012). É professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC), do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena (PITAKAJÁ), do Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia (UFC/Unilab) e coordenador do Laboratório de Antropologia da Morte (LAMort-UFC). Áreas de atuação: Estudos sobre diversidade sexual e de gênero; Interseccionalidades/Marcadores sociais da diferença; Antropologia da morte; Antropologia do extraordinário. [texto adaptado do sistema de currículo lattes]

⁴² Thiago de Lima Oliveira é doutor em Antropologia Social pela USP. É mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia e bacharel em Tradução (*Translation Studies*), ambos pela Universidade Federal da Paraíba. Desenvolve pesquisas buscando entender como as pessoas percebem e respondem às mudanças infraestruturais e relacionais decorrentes do processo de urbanização no Nordeste brasileiro e na Amazônia, com foco especial em minorias sexuais e pessoas vivendo com HIV. Seu trabalho explora as interseções de gênero, sexualidade e espaço nas áreas de estudos urbanos, saúde e burocracia. Ele tem um interesse especial na história da etnografia *queer*, gênero e transformação social, antropologia política, projetos de desenvolvimento e os fundamentos do Estado, entendendo como essas dimensões se relacionam com a teorização *queer*-feminista e a pesquisa empírica. [texto adaptado do sistema de currículo lattes]

⁴³ Verônica Alcântara Guerra é doutora em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2019). Mestre (2015) e Bacharel (2013) em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba. Possui pesquisas etnográficas desenvolvidas na área de gênero, sexualidade, corpo e antropologia urbana. Pesquisadora do Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade da UFPE/FAGES e Grupo de Estudos e Pesquisas em Etnografias Urbanas UFPB/GUETU. Acupunturista no Método TACAI e Facilitadora de Constelação Sistêmica e Organizacional. [texto retirado do sistema de currículo lattes]

para pensar que é o melhor, porque é como se tivesse uma utopia da grande cidade. Claro que, se for pensar: São Paulo, São Francisco – nos Estados Unidos –, Barcelona – onde eu estou, no momento desta entrevista – realmente são lugares que reúnem pessoas dissidentes: gêneros divergentes, pessoas migrantes de todas as cores, religiões... São metrópoles, são cosmopolitas, claro. Mas não significa que você não possa existir – que não possa ser alguém – com uma expressão de gênero dissidente ou uma sexualidade dissidente em outros espaços, né?

Então, é como se tivesse a cutucada que Fabiano Gontijo dá e que eu também acompanho, que alerta ao fato de que durante muito tempo houve uma hegemonia de pesquisas sobre sexualidades no sul e sudeste, nos grandes núcleos em São Paulo e Rio de Janeiro, enquanto que o Norte e Nordeste ficaram totalmente invisibilizados dessa produção, não apenas na área de sexualidade e gênero, mas em todas áreas das Ciências Sociais. Então, começamos a fazer mesas redondas na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS⁴⁴ –, na Reunião Brasileira de Antropologia⁴⁵ para pensar e juntar pesquisadores que trabalham com isso. Então, podemos pensar de outro lugar que não seja esse lugar colonial de sempre ter que remeter aos autores que estão na USP, na Unicamp ou no Rio de Janeiro – não que nós deixemos de falar sobre eles, mas não são só eles que existem: há outras possibilidades.

Lá na fronteira, o que achei super legal é que, diferentemente de outros lugares onde eu fiz pesquisa, as meninas trans não precisam dizer que elas são trans. A transitividade não está na identidade, ela está na experiência – e não precisa dizer que se é trans. A Vic, por exemplo, que é uma interlocutora e é cabeleireira, ela fala assim “ai, por que que eu preciso?”. No último campo que eu fiz, em outubro do ano passado, ela falou “para que? Eu não quero me definir”. Não é uma questão para ela se definir. Ela está ali, ela vive bem ali, ela tem o dinheiro dela, tem uma comunidade pequena de outras mulheres trans, colombianas e brasileiras, que estão ali. São outras preocupações. Não significa que seja tudo fácil para ela, há alguns lugares em que ela é discriminada por ela ser uma pessoa trans. Quer dizer, do nosso ponto de vista, ela é uma pessoa trans, mas, para ela, ela é uma mulher, mas que também se veste um pouco como menino, como homem, enfim. Não significa que não há transfobia – tem transfobia porque ela é uma pessoa que “sai da caixinha”, digamos assim, do modelinho que foi programado para ser mulher lá na fronteira. Mas é o lugar dela, onde ela está: ela não sofre mais por estar no interior.

Antigamente, nos primeiros estudos, é como se tivesse uma hierarquia e que as grandes metrópoles fossem necessariamente os melhores lugares para se viver sendo uma pessoa LGBT – talvez em algumas cidades sim, por exemplo, não dá pra negar que Barcelona é uma cidade que você tem mais tranquilidade: uma mulher trans não vai ser assassinada tão facilmente como é assassinada no Brasil. Contudo, ela não

⁴⁴ Fundada em 1977, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), entidade de direito privado sem fins lucrativos, reúne mais de uma centena de centros de pós-graduação e de pesquisa em antropologia, ciência política, relações internacionais, sociologia, de todo o Brasil. É composta por sócios institucionais e não por pesquisadores individuais. (descrição retirada da aba “quem somos” do site da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais: <https://anpocs.org.br/quem-somos/>)

⁴⁵ As Reuniões Brasileiras de Antropologia são organizadas pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) desde 1953. A ABA é a mais antiga das associações científicas existentes no país na área das ciências sociais, ocupando um papel de destaque na condução de questões relacionadas às políticas públicas referentes à educação, à ação social e à defesa dos direitos humanos. No decorrer de sua história, ela tem se posicionado contra a injustiça social, sem ter uma linha político-partidária. Seu código de ética exige respeito às populações estudadas e obriga o pesquisador a deixar claros seus objetivos para os grupos e populações que sejam objeto de suas análises. [descrição retirada da aba “quem somos” do site da Associação Brasileira de Antropologia: <https://portal.abant.org.br/quem-somos/>]

tem emprego em Barcelona: ela só tem emprego na prostituição. Então, se você for ver, no fundo, elas estão na prostituição da mesma forma que as brasileiras, só que elas não são mortas. Então, é a crítica decolonial que o Fabiano começa a fazer, depois eu também começo a fazer, porque é como se não tivesse pesquisa sobre Norte e Nordeste nos grupos de trabalho e nos eventos. Começamos a pensar de outra forma... Nisso, também aparece o José Miguel Olivar⁴⁶, que é colombiano e que é o professor que coordenou o dossiê desse artigo que eu fiz. Um dossiê que é coordenado pelo José Miguel Olivar, que é colombiano, que trabalhou em outro contexto. Enfim, vamos tentando borrar as fronteiras disciplinares.

Humanidades em Diálogo: É extremamente relevante essa contribuição em relação aos debates no Norte e Nordeste, que frequentemente passam despercebidos aqui em São Paulo. Falando mais sobre a presença de pessoas trans em grandes cidades, como São Paulo, e mencionando o elevado número de assassinatos contra essas pessoas que vivem à margem, chegamos à próxima pergunta. No contexto atual da cidade de São Paulo, sob a gestão do governador Tarcísio de Freitas (REPUBLICANOS), vemos um foco crescente do olhar público na região do centro, especialmente na área da Cracolândia, o que tem gerado debates públicos intensos. Nesse contexto, fazendo uma conexão com seu artigo “*Corpografias Divergentes: las ciudades deseadas y las prohibidas en las experiencias travestis*” (Brasil), de 2019, no qual você enfatiza que a corpografia revela as práticas corporais cotidianas que questionam as problemáticas e normatividades das grandes cidades, como São Paulo, gostaríamos que você compartilhasse observações sobre a presença de pessoas trans e negras nessas regiões próximas ao centro, que está cada vez mais sendo alvo de políticas higienistas. Como você acredita que as políticas implementadas por Tarcísio podem afetar a existência dessas pessoas?

Silvana Nascimento: Está sendo terrível no centro de São Paulo. Eu tenho duas orientandas, a Tita⁴⁷, que trabalha com travestis especialmente, e a Amanda que está na região da Cracolândia. Na região da Cracolândia, lá nos bairros da Luz, a Amanda Amparo, que é doutoranda, tem acompanhado muito de perto essa violência absurda contra pessoas negras e travestis no centro... É realmente um genocídio. Amanda não trabalhava com a questão trans, mas ela abraçou a questão trans e travestis pretas, porque elas realmente estavam em situação de muita vulnerabilidade. Tem muitas trans negras no centro. Aumentou

⁴⁶ José Miguel Nieto Olivar é professor nas áreas de antropologia, corpo, gênero e sexualidade, e estudos sociais da ciência na Faculdade de Saúde Pública da USP (vinculado ao Departamento de Saúde e Sociedade). É comunicador social, mestre em literatura latino-americana (*Pontificia Universidad Javeriana*, Bogotá) e doutor em antropologia social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vinculado ao Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde (NUPACS). Os temas principais de sua experiência têm a ver com: gênero, sexualidade, prostituição/economias sexuais e suas políticas, Estado, direitos, Amazônia urbana, fronteiras, cuidado, violência e atravessamentos de mundos e seus fins. Faz parte do Núcleo de Estudos Interseccionais (NUDEIN/UFF), do Observatório de Violência de Gênero no Amazonas (OVGAM/UFAM), do Núcleo de Estudos Nestor Perlongher (NENP/UFMS) e, coordena o Coletivx de Pesquisa em Antropologia, Arte e Saúde Pública (CPaS-1), na FSP/USP. Colabora com a Rede Brasileira de Prostitutas e com o Coletivo Puta Davida, e tenta sempre fazer/mexer com artes. [texto adaptado do sistema de currículo lattes]

⁴⁷ Se referindo a Letizia Patriarca, doutora Dupla Titulação *Università di Bologna - Dipartimento di Scienze Giuridiche* e USP - em Antropologia Social. Mestre pelo mesmo PPGAS/USP (2015); integrante do NUMAS (Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença), do CÓCCIX (Estudos do Corpocidade). Graduação na UNICAMP, Licenciatura em Ciências Sociais e Bacharel em Antropologia (2011). Áreas de estudo: Gênero e Sexualidade, Prostituição, Marcadores Sociais da Diferença, Antropologia Urbana, Processos de Criminalização, Tradução Etnográfica, Estudos trans. [texto adaptado do sistema de currículo lattes].

muito o número de mulheres trans em situação de rua, e negras, no centro. Então, digamos que elas estão numa situação bem complicada. Todo dia tem prisão, tem violência física, violência física policial. Todo dia. E está tendo muito pouca visibilidade na mídia hegemônica. Amanda disse que a situação está muito pior do que a gente imagina. A situação está muito grave. Tem um coletivo muito importante na Cracolândia que se chama “Tem Sentimento”⁴⁸, que é um coletivo de mulheres trans e foi organizado por uma assistente social que mora lá há muitos anos. Ela tem feito um trabalho interessante de acolhimento dessas meninas que estão na rua: de alimentação, de poder dar um lugar para dormir, de poder dar um banho. O “Tem Sentimento” fica ali na região do Teatro de Contêiner. Tem algumas atividades, alguns projetos com financiamento, e tem umas meninas que estão agora sendo atendidas pelo coletivo.

Já a Tita, alguns anos atrás, quando fez pesquisa por lá, no começo da gestão Tarcísio, também disse que a situação está muito precária no centro. Eu, particularmente, não tenho ido, tenho mais alunas orientandas... A minha atuação no campo é mais na região do Butantã, com as meninas trans, que é uma região, digamos, mais segura para elas. Digo segura porque, como é uma região muito tradicional de prostituição em São Paulo, elas já têm alguns acordos com a polícia. Têm travestis e mulheres cis mais velhas que fazem acordos com a polícia local, então digamos que ali não tem uma violência tão explícita contra elas. Tem violência, mas não é tão explícita como no centro. No centro tem sido um lugar do genocídio público da população negra, inclusive das trans. Então, acho que a Amanda está metida nisso todos os dias, todos os dias indo pra lá e acompanhando. O Suplicy⁴⁹ está fazendo um trabalho bem bacana, me parece. É um cara que tá conseguindo fazer algumas ações lá. Uma figura pública que consegue fazer mediações.

Então, quando falamos de corpografia, estamos nos referindo a um conceito introduzido pela arquiteta Paola Berenstein⁵⁰. É interessante porque o que ele afirma não é exatamente uma novidade, porque já é o que elas falam: você está fazendo política simplesmente por existir, só o ato de existir já é uma forma de fazer política. Por exemplo, um corpo negro trans, um corpo transgênero negro, em qualquer cidade ou lugar, é político, pois sua mera existência é um ato político. Isso se aplica aos corpos negros em

⁴⁸ Para saber mais sobre o Coletivo Tem Sentimento, acesse: <https://www.coletivotemsentimento.com.br/>

⁴⁹ Eduardo Matarazzo Suplicy é economista, professor universitário, administrador de empresas e político brasileiro filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT). Foi senador por 24 anos, o primeiro eleito pelo PT, em 1990, e reeleito em 1998 e 2006. É graduado em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV) e em Economia pela Universidade Estadual de Michigan (EUA). Recentemente, em 2022, foi eleito Deputado Estadual por São Paulo com a maior votação, 807.015 votos. Em 2014, convidado pelo então prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), ocupou a Secretaria de Direitos Humanos. Dedicou sua vida ao estudo de programas de distribuição de renda contra a grave desigualdade social no Brasil. [texto adaptado do site da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo: <https://www.al.sp.gov.br/deputado/?matricula=300693>]

⁵⁰ Paola Berenstein Jacques é professora titular da Faculdade de Arquitetura e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Coordenadora do grupo de pesquisa Laboratório Urbano (PPG-AU/FAUFBA), pesquisadora associada ao *Laboratoire Architecture/Anthropologie* (LAA/LAVUE/CNRS - ENSA Paris-La-Villette). Coordena a rede nacional de pesquisa Cronologia do Pensamento Urbanístico (apoio CNPq). Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela UFRJ, especialização em Teoria e Projeto de Arquitetura e Urbanismo (CEAA) pela ENSA de Paris-Villemin com a *AA School* (Londres), mestrado em Filosofia da Arte (DEA) e doutorado em História da Arte e da Arquitetura pela *Université de Paris I* (Panthéon-Sorbonne). É autora dos livros: *Les favelas de Rio* (2001); *Estética da Ginga* (2001); *Esthétique des favelas* (2003); co-autora de *Maré, vida na favela* (2002) e *Enigma das cidades* (2023); organizadora de *Apologia da deriva* (2003); *Corpos e cenários urbanos* (2006); *Corpocidade: debates, ações e articulações* (2010); *Corpocidade: gestos urbanos* (2017). [texto adaptado do sistema de currículo lattes]

geral, quando pensamos nessa perspectiva. E é interessante que as meninas trans querem estar visíveis justamente em espaços muito áridos para elas. Então, por exemplo, o centro, certo? Mas por que elas estão no centro? Porque o centro é um lugar que tem muitas ofertas: tanto em termos de mercado de sexo, como também em termos de políticas de saúde. Você tem ali a UBS que está atendendo pessoas trans no núcleo da Barra Funda, você tem o CRT⁵¹, você tem o Centro da Diversidade, você tem um monte, digamos, de serviços, mesmo que não funcionem tão bem, por causa dos últimos governos, mas você tem serviços para a população trans.

Mas e o Butantã, por que elas estão no Butantã? É um lugar em que está a Odebrecht, está a Johnson & Johnson, em que tem só “almofadinhas” circulando. Mas o que tem ali? Tem dinheiro! Tem programas em que elas ganham mais. Então elas vão para lá, porque é um lugar que oferece programas mais altos – de valores mais altos. É como se elas fossem, essas meninas que estão na prostituição, resultado do que o Preciado⁵² chama de indústria farmacopornográfica. Então elas são divergentes, mas elas também estão alimentando o sistema. Elas precisam alimentar o sistema, porque elas também precisam comer, elas precisam estar vivas. Enfim, é contraditório. Então a corpografia – agora pensando com vocês, pensando depois desse artigo –, é um lugar de contestação, mas, ao mesmo tempo, no caso das trans, é uma corpografia que quer ser acolhida pelo sistema, pelo “Cistema” com “C” também. Elas querem ser reconhecidas, querem ser acolhidas, elas querem ganhar dinheiro, elas querem ter um lugar. Então, não é apenas provocar, mas também serem incluídas no sistema. Elas querem ser desejadas, elas querem se tornar Barbies – estou falando em geral, pensando nas meninas que estão na prostituição. Tem um paradoxo, uma corpografia. Não é tudo bonito, infelizmente.

Humanidades em Diálogo: Em relação ao mesmo artigo, “*Corpografías divergentes: las ciudades deseadas y las prohibidas en las experiencias travestis (Brasil)*”, você menciona a tensa relação que pessoas travestis e transgênero têm com a Academia, já que muitas vezes são reduzidas a meros objetos de estudo e curiosidade. Você percebe alguma mudança nesse cenário nas pesquisas realizadas pela USP nos últimos anos? Como você avalia essa situação? Como você avalia essa realidade?

Silvana Nascimento: O que tem sido muito bom nos últimos anos é a entrada de pessoas trans nos espaços universitários. Então, hoje já têm estudantes trans e também docentes, intelectuais trans – que é um pouco da minha pesquisa mais recente. Segundo um levantamento que estou fazendo, a partir de 2010, se multiplica absurdamente a produção de pessoas trans, falando sobre pessoas trans, no mundo acadêmico brasileiro. Isso ocorre em variados temas. Então, você têm professores trans na USP, como eu que estou me entendendo agora como uma pessoa não-binária, mas também tem a Gabi Weber⁵³, que é

⁵¹ CRT é sigla para o Centro de Referência e Treinamento DST/AIDS-SP. Para mais informações, acesse: <https://www.saude.sp.gov.br/centro-de-referencia-e-treinamento-dstaidsp/>.

⁵² Paul B. Preciado é filósofo, curador e um dos principais pensadores contemporâneos das novas políticas do corpo, gênero e sexualidade. Nascido como Beatriz Preciado em 1970, na Espanha, é bolsista *Fulbright*, mestre em filosofia e teoria de gênero pela New School de Nova York e doutor em filosofia e teoria da arquitetura pela Universidade de Princeton. Atualmente é filósofo associado ao *Centre Georges Pompidou*, em Paris. É autor de *Um apartamento em Urano*, *Pornotopia*, *Testo junkie*, *Eu sou o monstro que vos fala* e *Manifesto contrassexual*. [Texto retirado da página de descrição de Paul B. Preciado no site da Editora Companhia das Letras: <https://www.companhiadasletras.com.br/colaborador/10710/paul-b-preciado>].

⁵³ Gabrielle Weber Martins é bacharel em Ciências Moleculares pela USP (2006) e Doutora em Física pela USP (2011). Fez pós-doutorado no Instituto de Física da USP. Atualmente, é professora na Escola de Engenharia de Lorena da USP. Tem

uma professora travesti na área física. De modo geral, na USP são poucos, mas temos algumas professoras em outros lugares, como a Jaqueline Gomes de Jesus no Rio⁵⁴, a Megg Rayara Gomes de Oliveira⁵⁵ no Paraná, a Letícia Carolina Nascimento⁵⁶ no Piauí, Guilherme Sá⁵⁷, que é um homem trans, no Rio. Há

experiência na área de Física das Partículas Elementares e Campos com ênfase em integrabilidade. [texto adaptado do sistema de currículo lattes]

⁵⁴ Jaqueline Gomes de Jesus é professora de Psicologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e do Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ensino de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva. Psicóloga, Mestre em Psicologia e Doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora-Líder do ODARA - Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Identidade e Diversidade. Professora afiliada à Associação Nacional de História (ANPUH) e à Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), é membro da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), da Associação Brasileira de Psicologia Política (ABPP), da Sociedade Brasileira de Bioética (SBB) e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Agraciada com a Medalha Chiquinha Gonzaga (2017), concedida pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, por indicação da Vereadora Marielle Franco. Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABI do Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ Campus Belford Roxo. [texto adaptado do sistema de currículo lattes]

⁵⁵ Megg Rayara Gomes de Oliveira possui graduação em Licenciatura em Desenho e Especialização em História da Arte pela Escola de Música e Belas Artes do Paraná; Especialização em História e Cultura Africana e Afro-brasileira, Educação e Ações Afirmativas no Brasil pela Universidade Tuiuti do Paraná; mestrado em Educação pela Universidade Federal do Paraná, doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Professora adjunta no setor de educação e professora no Programa de Pós-graduação em educação na Universidade Federal do Paraná. Está coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Universidade Federal do Paraná desde 2019; de Políticas Afirmativas na Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade (SIPAD) da Universidade Federal do Paraná; e da Comissão de Políticas Afirmativas do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná desde 2020. Está na chefia do Departamento de Planejamento e Administração Escolar no Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná. Discute os seguintes temas: Relações raciais, Arte Africana, Arte Afro-brasileira, gênero e diversidade sexual. Em junho de 2018 foi indicada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná para representar o referido programa ao prêmio CAPES de melhor tese de 2017. [texto adaptado do sistema de currículo lattes].

⁵⁶ Letícia Carolina Pereira do Nascimento é mulher travesti, negra, gorda e piauiense. Filha de MãeUde e MãeGlai, neta de maranhenses, é irmã e tia. Ekedy no terreiro-escola *Ilê Asê Oba Oladeji*, Filha de Xangô e Oyá. Leonina com lua em capricórnio. Feiticeira decolonial de devires e bruxa mestiça da Sociopoética. É terapeuta com formação em Reiki e Arteterapia. Mestre e Doutora em Educação (UFPI). Professora do Curso de Pedagogia, Professora do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS/UFPI) e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGpsi/UFDF). Autora do livro *Transfeminismo*, na Coleção Feminismos Plurais coordenada por Djamilia Ribeiro. É ativista social atuando como co-fundadora e articuladora do Acolhe Trans e junto a coordenação executiva nacional do Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS). Vinculada aos seguintes núcleos: Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação Gênero e Cidadania (NEPEGECI/UFPI) e a Rede Interdisciplinar de Mulheres Acadêmicas do Semiárido (RIMAS/UFRPE). Pesquisadora filiada a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). Em suas investigações a ativista produz cartografias entre corporalidades transvestigêneres e/ou negras a partir de perspectivas mestiças de encontros entre ideias decoloniais, feministas e da filosofia da diferença. [texto adaptado do sistema de currículo lattes].

⁵⁷ Guilherme José da Silva e Sá é bacharel em Ciências Sociais graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre e doutor em Antropologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social/Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É Tesoureiro Geral da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) para o biênio 2023-2024. Foi presidente da Associação Brasileira de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias (ESOCITE.BR), da qual é sócio fundador, no biênio 2018-2019. Publicou *No Mesmo Galho: antropologia de coletivos humanos e animais*. (Prêmio Marcel

ainda mais alguns professores, mas ainda precisamos fazer esse levantamento oficial de quantos professores universitários trans há no Brasil. E essa produção intelectual trans nasce tanto das pessoas que estão na universidade e que se identificam como trans, mas também daquelas que estavam fora das universidades e precisavam se expressar, precisavam escrever.

Isso começa, por exemplo, com o *Facebook*, lá atrás. Comunidade no *Orkut*, depois nos blogs, no *Facebook*. Elas começaram a escrever nos blogs, depois nas redes sociais. Isso fez com que as pessoas, por exemplo, que estavam no Recife e em São Paulo se conhecessem, o que antes não era possível. Logo, as redes sociais, os blogs e as comunidades permitiram também essa produção que não era reconhecida como acadêmica, mas que foi muito importante para pensar esse campo intelectual trans. Então, no começo eram só pessoas cis que faziam pesquisas sobre pessoas trans. Até mais ou menos 2005-2010 não tinha nenhuma pessoa trans falando sobre a sua própria experiência. Você tinha algumas pessoas que faziam biografias. Por exemplo, o livro “Meu corpo, Minha prisão”, de Loris Ádreon⁵⁸, como também tem os livros do João Nery⁵⁹, com o “Viagem Solitária”⁶⁰ e outros. Tem o livro “A Princesa”⁶¹, que é sobre uma moça travesti que estava presa na Itália e um jornalista fez a biografia. Então, temos as primeiras produções sobre pessoas trans que são biográficas, depois temos a grande produção de blogs e depois dos blogs elas passam a fazer livros, sendo que é nesse momento que entram pessoas trans nas universidades.

E aí, na USP, estamos fechando agora a nossa pesquisa sobre a comunidade trans, sendo que 110 pessoas responderam ao nosso questionário. O interessante na USP é que a grande maioria das pessoas trans são brancas, portanto, assim como temos uma minoria de pessoas cis pretas e pardas, também temos uma minoria de pessoas trans pretas e pardas. Assim, são pessoas brancas que são trans, mas ainda são pessoas brancas e de uma certa classe. Tem que pensar interseccionalmente, né? Agora estamos começando a analisar os dados, vamos fazer um relatório e depois publicar isso para devolver para a USP e tornar possível a compreensão sobre essas questões. Mas ainda acho que a discussão sobre pessoas trans na universidade ainda é muito recente no Brasil – e mesmo fora do Brasil ainda é muito recente. Cotas para pessoas trans ainda é uma utopia, porque não é uma realidade na USP e será bem difícil conseguir isso. Enfim, vamos com calma, né? Agora, a gente vai conseguir cotas nos concursos públicos para pessoas negras, professores negros, que parece que vai dar certo, apesar da proposta ser um pouco ruim e não ser a proposta do coletivo de docentes negros... mas alguma coisa vai sair dela. Vamos aos poucos, né? É muita luta, é muita batalha.

Roche de melhor obra científica latino-americana de CTS, 2014). Tem interesse pelos temas: Antropologia Social, Antropologia da Ciência e Tecnologia, Antropologia dos coletivos, Relações entre humanos e animais, Natureza e Cultura, Renaturalização, Intersubjetividade, Antropologia de Experiências Extraordinárias, e, Determinismos. [texto adaptado do sistema de currículo lattes].

⁵⁸ *Meu corpo, minha prisão: Autobiografia de um transexual*, publicado em 1985.

⁵⁹ João W. Nery, escritor e psicólogo, foi o primeiro homem trans a se submeter a uma cirurgia de readequação sexual no Brasil, em 1977, quando havia poucas informações sobre o procedimento. E foi o primeiro a publicar essa história, abrindo caminho para outras pessoas transgêneros. [texto adaptado da reportagem na Revista Trip: <https://revistatrip.uol.com.br/trip/joao-w-ner-y-o-primeiro-trans-homem-a-fazer-uma-cirurgia-de-readequacao-sexual-no-brasil>].

⁶⁰ *Viagem Solitária: a trajetória pioneira de um transexual em busca de reconhecimento e liberdade*, publicado em 2011.

⁶¹ *A Princesa: depoimentos de um travesti brasileiro*, publicado em 1994.

Humanidades em Diálogo: No seu artigo “O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima”⁶², publicado em 2019, você explica como as diferentes corporeidades dos antropólogos produzem diferentes modos de ver, fazer, pensar e escrever. Nesse sentido, você poderia nos contar como observa que a sua corporeidade marca os seus modos de ver, fazer, pensar e escrever tanto como antropóloga quanto como docente na Universidade de São Paulo?

Silvana Nascimento: Então, essa questão eu acho que eu até tentei responder no artigo, mas acho que depois eu vou tentar reescrever na minha tese de livre docência e pensar de outro lugar... Eu acho que essa questão da corporalidade apareceu primeiro na minha relação com as travestis. Nas primeiras experiências de campo com travestis eu não tinha contato com pessoas trans. Não conhecia pessoas trans, no sentido de sentar para tomar um café, saber da vida cotidiana e comecei a ter isso quando começamos a fazer pesquisa com elas em 2007, 2008, no Paraíba. A questão do meu corpo começou a pegar quando eu comecei a perceber que eu não tinha nada de feminino na relação com elas. Elas sempre mostravam pra mim que eu não era feminina o bastante para elas. Isso foi muito legal de perceber porque eu falei “porra, é um feminino que não é o meu, mas qual é o meu feminino?” E muito tempo depois eu comecei a pensar “será que eu tenho um feminino?” e talvez a não-binariedade seja mais a minha praia, do meu corpo, do meu eu comigo mesmo me pensando no mundo. Mas foi a partir delas, porque a experiência feminina para elas é muito forte, é hiperbólica, é radical, é um feminino radical no sentido de exagero, porque elas precisam. Assim, elas precisam expressar essa feminilidade de um modo hiperbólico, né? Coisa que eu nunca fiz e nunca quis fazer. Inclusive, sempre me sentia mal justamente por não conseguir fazer, como se estivesse em falta. E, aos poucos, depois vai ficando velhe, vai estudando mais, vai fazendo terapia, vai percebendo que não precisava cumprir com essa norma tal qual foi designada para o meu corpo ao nascer. Mas isso é algo muito recente na minha elaboração...

Na pesquisa em Ciências Sociais é muito importante a gente sempre ter como pré-requisito que o nosso corpo importa muito na pesquisa. O nosso corpo pensando como materialidade, não apenas o nosso corpo como simbólico. Pensando como o nosso corpo se apresenta ao mundo e como o mundo o lê, porque o mundo faz uma leitura do nosso próprio corpo – mesmo que a gente não queira. Então, por exemplo, mesmo que eu não quisesse, ali, naquele momento com as travestis, elas estavam me lendo a todo momento: assim como eu estava lendo elas, elas estavam me lendo e isso produziu a pesquisa a partir dessa leitura que não era só eu em relação a elas, mas elas com relação a mim – e contestando as minhas feminilidades.

E aí quando eu fui para a USP por ser um ambiente teoricamente familiar para mim, já que eu fiz a minha formação lá, eu só me ferrei quando entrei como professore em 2013, porque eu comecei a sofrer racismo e sexismo que eu não sofria quando era aluna. Quando você se torna professore – isso é recorrente em narrativas de pessoas de pele... digo, de pessoas pardas, que tem passabilidade, porque quando vamos para a instituição e nos tornamos professores –, essas diferenças raciais ficam mais marcadas, coisa que eu não sofria tanto ou não percebia como racismo quando era estudante. Eu sofri vários eventos quando eu

⁶² Artigo disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/161080>.

entrei... E aí uma aluna, em específico, que é a Sabrina Damasceno⁶³, ela é minha orientanda agora de mestrado e foi orientanda de iniciação científica, enfim, trabalhamos juntos há muito tempo. Eu estava contando para ela alguma coisa que aconteceu com algum professor específico, uma... uma situação que me deixou muito constrangida, me senti muito reprimida, foi péssimo e eu não consegui reagir. E a Sabrina falou para mim: “Sil, sabe porque aconteceu isso com você? Porque você é preta, porque você é negra”. E eu falei: “puta que pariu, é mesmo”, e aí comecei a sacar. Então, esse artigo que eu escrevi foi uma resposta de que meu corpo importa para a pesquisa, na relação com meus colegas, na relação com as minhas interlocutoras e no próprio texto, porque é importante pensar também o texto como o corpo. Escrever é um exercício corporal e para escrever bem você precisa praticar, assim como você precisa treinar na academia para ficar em forma, para o músculo ficar lá bombado, para essa escrita ficar bombada, você tem que praticar, quanto mais você praticar, melhor vai ficar sua escrita. Então, o corpo está sempre lá, ele é importante.

Tem um curso que eu dei que chamava “Corpo e Cidade” e eu pedia para os alunos pensarem sobre o corpo. Algo como: “vamos pensar, fazer alguma coisa com o corpo”. Os alunos queriam ir para a aula para pensar sobre o corpo, só que pensar sobre o corpo necessariamente é colocar o corpo em ação também. Os alunos das Sociais têm muita dificuldade com isso, só que o corpo tem uma totalidade ali que não está só na cabeça. Por isso que precisamos colocar o corpo em ação na pesquisa, tanto para pensar coisas positivas na pesquisa do corpo e também nas coisas que te atravessam como racismo, como sexismo, como a questão da idade. Por exemplo, se você é jovem ou se você é velha, se você tem cabelo raspado, se você tem cabelo branco ou se você tem cabelo comprido... tudo isso, essa materialidade, ela afeta a pesquisa e também te afeta, porque você também pode sofrer consequência com o seu corpo sem querer – porque somos lidos. Não tem como escaparmos da materialidade do nosso corpo e é fundamental que possamos fazer pesquisa com o corpo. Não só sobre o corpo, mas com o corpo, a partir do corpo. Então, esse artigo, ele é super querido para mim. Primeiro, eu fiz uma palestra, na qual eu estava super puta, porque em um evento logo que eu cheguei na USP, nos primeiros 6 meses, falaram para mim: “Silvana, agora você está na USP”, como se falasse assim: “comporte-se, agora você está na USP”, algo como: “olha, você estava lá na Paraíba, você estava na periferia, mas agora você está na USP”. E aí eu falei: “bom, foda-se, e aí? Só estou me fudendo, né?”, porque foi bem difícil para mim no início. A toda hora os eventos eram bem pesados e alguns professores faziam questão de me lembrar que não era para eu estar lá. Não era para eu estar ali, e, com as alunas, eu comecei a perceber que eram racismos e sexismos. Não só racismo e sexismo ao mesmo tempo.

Humanidades em Diálogo: Por fim, temos uma última pergunta, a partir da sua bagagem enquanto antropóloga, você poderia dar uma orientação final sobre como interpretar ou problematizar

⁶³ Sabrina André Damasceno atualmente é mestranda em Antropologia Social no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP (PPGAS/USP). É Bacharela (2019) e Licenciada (2021) em Ciências Sociais pela FFLCH/USP. Desenvolveu pesquisa de Iniciação Científica no projeto *T-Gatas em rede: travestilidades, padrões estéticos e corporalidades no mundo da prostituição online* (2019) com bolsa do programa de auxílio à Iniciação Científica (Bolsa FFLCH) administrado pela Comissão de Pesquisa da FFLCH/USP, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Silvana de Souza Nascimento. Também foi membra do projeto de pesquisa *CIDADES-TRANS: experimentos etnográficos entre fronteiras, pessoas, lugares* (2016- 2018) com bolsa do Programa Unificado de Bolsas da USP. Dedicou-se aos estudos de prostituição, gênero, raça, sexualidades e masculinidades, atua como membra do grupo de pesquisa CÓCCIX Estudos (in)disciplinares do corpo e do território (USP). [texto adaptado do sistema de currículo lattes].

trabalhos etnográficos, principalmente clássicos, que partem do entendimento do antropólogo como não-corpóreo? De que maneira e em que momentos o antropólogo deve se colocar em seus estudos?

Silvana Nascimento: Então, vou começar com uma pergunta que continua com o que eu estava falando anteriormente sobre quando se colocar na pesquisa. Essa pergunta, mesmo quando você não quer fazer, você vê que já se colocou, porque a pesquisa antropológica não é neutra, ela nunca é neutra. Nunca. Então, o fato de você ir a campo já te coloca, mesmo que você não queira, então se você vai para campo, você já está colocada. Agora, a maneira como você já está, você tem uma posição que tem um lugar e você está sendo lido por aquelas pessoas, você está lendo aquelas pessoas e está se relacionando com elas. Agora, a questão é: se você coloca isso ou não no texto, né? Aí eu acho que não necessariamente você precisa se colocar no texto.

Primeiro, tem as experiências de sofrimento que às vezes as pessoas não querem colocar, ou que você não quer se expor – eu acho isso um direito. Por exemplo, tem um dossiê muito legal do “Caderno de Campo”⁶⁴, de alguns anos atrás, em que eles recolheram várias experiências de pesquisadores em campo que sofreram tanto experiências afetivas quanto experiências de violência. E tem a Eva Moreno⁶⁵, que é um pseudônimo. Ela foi estuprada em campo, sofreu um estupro de um interlocutor que era próximo a ela – aquela pessoa que estava ajudando ela no campo. Ela demora 10 anos para elaborar aquilo e conseguir escrever sobre aquilo. É uma situação radical, mas que acontece. Às vezes, em campo, você quer se expor. Então, ela não quis se expor, foi doutorado ou mestrado, não sei, ela nunca falou sobre isso, mas depois ela falou em pseudônimo para compartilhar e também para se curar daquele trauma que ela sofreu em campo.

O que é legal da antropologia é que ela é autoral, não é? Então, eu acho que não existe uma única forma de escrita, nem um único método para a escrita. Eu acho que é importante se colocar no texto se aquela colocação transformou ou faz parte da sua reflexão. Se você tem uma problemática e aquela problemática da pesquisa, daquela pergunta que você fez, alterou porque você se colocou ou não em campo, aí eu acho importante. Não necessariamente você precisa falar da sua biografia na pesquisa, mas acho que é importante falar quando aquela biografia importa para a sua pesquisa, e de que modo ela importa. É preciso saber construir aquilo que importa ou não e saber filtrar. Por exemplo, tem gente que sempre fica colocando: “eu estou aqui, mas eu sou um homem branco”, mas só o fato de ele falar que é um homem branco hétero não resolve nada, porque ele tem que problematizar se a branquitude afetou o campo.

⁶⁴ A revista *Cadernos de Campos* é organizada por alunos de pós-graduação em antropologia social da USP - ISSN - 2316-9133 -, sendo uma publicação semestral dedicada a divulgar trabalhos que versem sobre temas, resultados de pesquisas e modelos teórico-metodológicos de interesse para o debate antropológico contemporâneo e que possam contribuir no desenvolvimento de pesquisas em nível de pós-graduação, no país e no exterior. A revista aceita periodicamente contribuições nos seguintes formatos: artigos e ensaios inéditos, traduções, resenhas, entrevistas e produções estéticas. Criada em 1991, com o objetivo original de divulgar a produção do corpo discente do programa de pós-graduação em antropologia social da USP (PPGAS/USP), a revista tornou-se, ao longo desses anos, um importante periódico de abrangência nacional e internacional. [texto adaptado da aba “sobre a revista” no site da revista *Cadernos de Campos*: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo>].

⁶⁵ O artigo *Estupro em Campo: reflexões de uma sobrevivente*, publicado em 2018, está disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/146675>.

Então, por exemplo, o que o Wacquant⁶⁶ – que é o sociólogo que fez a pesquisa sobre boxe – faz é muito legal, porque ele coloca o corpo dele branco, gringo, francês, lá no gueto americano. E ele escreve a pesquisa, a partir do corpo dele e percebendo como é que aqueles outros homens, os interlocutores e colegas do boxe, se relacionavam com ele, porque ele era um homem branco. Então, ele incluiu na pesquisa isso e não só falou: “eu sou homem branco” – e aí ele vai mostrando os desafios. Ele não reproduz uma relação de dominação, apesar dele ser um homem branco, então ele faz uma pesquisa bem interessante. Eu acho que é um feliz texto de um homem branco [risos].

Pensando nos clássicos, eu acho que o que é importante é: são clássicos, não é? Os clássicos precisam ser lidos. Infelizmente, são homens brancos, mas também têm mulheres, têm mulheres pretas – são em menor número, mas também têm. Acho que é pensar nesses textos a partir do contexto que eles foram escritos. É saber colocar eles no lugar deles. Vai ser importante para ser professor, para tentar entender um tema. Então, ele vai ter que estar lá, só que ele vai estar no lugar dele. Você não precisa colocar ele num pedestal, porque ele já está. Você pode contextualizá-lo, politicamente, que é uma coisa que nós fazíamos muito na minha época. Por exemplo, Gilberto Freyre⁶⁷, em “Casa Grande e Senzala”⁶⁸, é importante ser lido porque ele é um teórico que ajudou a construir o mito da democracia racial. Todo esse processo de branqueamento que tivemos no Brasil se deu também por conta de textos como “Casa Grande e Senzala”. Para que possamos entender como é que se construiu a branquitude, precisamos ter lido Gilberto Freyre. Do mesmo modo que também é preciso que leiamos o que os conservadores fascistas estão escrevendo, porque eles estão produzindo conhecimento, e estão construindo eleitores para Bolsonaro futuramente também.

Portanto, acredito que seja colocar os clássicos no lugar de clássicos, mas não num pedestal. Acho que eles precisam ser lidos, todos eles, mas acho que hoje em dia, por exemplo, temos o Franz Boas⁶⁹, né?

⁶⁶ Loïc Wacquant é professor de sociologia e pesquisador associado do *Institute for Legal Research*, da Universidade da Califórnia, em Berkeley. É também pesquisador do *Centre de Sociologie Européenne* em Paris. Nascido e criado no sul da França, estudou em Montpellier, Paris e Chicago. Dedicou-se ao estudo de temas como desigualdade urbana, marginalidade, instituições carcerárias e políticas penais. [texto retirado de página do site da Editora Boitempo sobre Loïc Wacquant: <https://www.boitempoeditorial.com.br/autor/lo-c-wacquant-364>]

⁶⁷ Gilberto Freyre (1900 – 1987). Um dos mais importantes intérpretes do Brasil que, nos anos de 1930, formulou uma das versões mais vigorosas sobre a identidade brasileira, atribuindo caráter positivo à mestiçagem cultural e racial e ao legado da família patriarcal. Inaugurou, a partir de então, uma abordagem que o tornou reconhecido artífice na tarefa de constituição da sociologia no Brasil. [Texto adaptado de página sobre Gilberto Freyre no site da Sociedade Brasileira de Sociologia: <https://sbsociologia.com.br/project/gilberto-freyre/>]

⁶⁸ *Casa Grande e Senzala*, publicado em 1933.

⁶⁹ Franz Boas nasceu em 1858 na Alemanha, mas foi nos Estados Unidos que produziu suas principais obras. Inicialmente, seus estudos se concentraram em ciências exatas. Trabalhou na área da Geografia, na Universidade de Berlim e, entre os anos de 1883-1884, fez uma expedição à terra de Baffin, onde planejava demonstrar os efeitos do entorno ártico sobre as culturas dos esquimós. Ali se interessou pelo estudo da cultura destes povos. Boas foi pioneiro nas ideias de igualdade racial que resultaram nos estudos de Antropologia Cultural da atualidade. Influenciou as teorias de notáveis antropólogos, sendo conhecido como o pai da Antropologia Americana. Franz Boas morreu em Nova York em 1942, em plena atividade como antropólogo. [texto adaptado de página sobre Franz Boas no site da Editora Vide: https://videeditorial.com.br/index.php?route=product/author&author_id=177]

Lá na antropologia inglesa, mas você tem a Zora Hurston⁷⁰, que foi aluna do Boas e que ele inviabilizou, mas finalmente agora você tem um dossiê da Zora Hurston, que a gente pode ler e conhecer essa antropóloga que foi invisibilizada. Então, acho que hoje vocês têm esse privilégio de poder ler a Zora, coisa que eu li há 2 anos, porque a Zora para mim estava na Literatura, não estava na Antropologia. Acho que é importante a gente pensar que o conhecimento e a ciência, produziram uma hegemonia de ideias, de conceitos, de regiões que são importantes, pensando epistemologias do Sul. E agora podemos situar como uma cartografia. Temos Evans Pritchard⁷¹ para entender o ritual, né? Azande⁷² é uma etnografia incrível, mas ele alimentou o poder colonial, porque ele foi financiado pelo poder colonial também. Então, acho que é sobre não abandonar os clássicos, mas colocá-los em seu lugar.

⁷⁰ A antropóloga e escritora Zora Neale Hurston estava no lugar e na hora certa para que o seu nome fosse lembrado como uma das precursoras da antropologia, ainda que tenha ocorrido justamente o contrário – ao menos no que se refere à sua ausência nos cursos de introdução à antropologia nos dias de hoje. Em “*Barracoon*” (1931), “*Mules and Men*” (1935) e “*Tell my Horse: Voodoo and Life in Haiti and Jamaica*” (1938), obras escritas durante o seu período de formação em antropologia e baseadas em pesquisas em comunidades negras nos Estados Unidos e nas ilhas do Caribe, Zora seguiu a orientação que Franz Boas transmitia aos alunos: cada cultura deve ser compreendida em seus próprios termos. Mas foi além, ao desenvolver uma forma de escrita que, ainda na década de 1930, apresentava uma solução original às críticas que os pós-modernistas enunciariam somente cinquenta anos mais tarde. Em suas obras, os grandes divisores cedem lugar a um processo de correspondência, de polifonia e autoconhecimento para além da convencional (o)posição Nós x Outros. Consagrada como uma das principais expoentes da literatura norte-americana no século XX, Zora Hurston continua desconhecida pela maioria dos estudantes e pesquisadores de Ciências Sociais brasileiros. A última pesquisa de campo de Zora foi realizada em Honduras, entre 1947 e 1948. Em 1951, após a rejeição de seus manuscritos por editores que os julgavam inapropriados e de pouco interesse ao mercado literário, mudou-se para Belle Glade, na Flórida, onde foi jornalista correspondente e professora substituta. Em 1960, faleceu e foi sepultada como indigente, em uma cova comum e sem identificação. Alice Walker, uma das principais responsáveis pela redescoberta de Zora Hurston e pela republicação de suas obras nos Estados Unidos, foi quem localizou, em 1973. (texto adaptado de página sobre Zora Hurston no site Vozes Negras na Antropologia: <https://www.vozesnegras.com/zora>)

⁷¹ Edward Evan Evans-Pritchard (1902-1973), antropólogo britânico cujo trabalho revelou-se determinante para o desenvolvimento da antropologia social no século XX, inicia sua graduação em história moderna no *Exeter College*, na universidade de Oxford (1921), período em que conhece Robert Ranulph Marett (1866-1943), um dos fundadores da *Oxford Anthropology Society* e seu interlocutor ao longo da década de 1920. Por incentivo de Marret, passa a frequentar os seminários de antropologia na *London School of Economics*, tendo entre os professores Bronislaw Malinowski (1884-1942) e Gabriel Seligman (1873-1940). Este último fora um pioneiro no trabalho de campo junto a povos do Sudão, onde pesquisa desde 1909, e orientador da tese de doutoramento de Evans-Pritchard defendida em 1927 sobre os Azande, fruto de sua primeira incursão a campo, e publicada posteriormente com o título *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande* (1937). (texto retirado de página sobre Evans Pritchard no site da Enciclopédia de Antropologia da FFLCH: <https://ea.fflch.usp.br/autor/edward-evan-evans-pritchard>)

⁷² *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*, publicado em 1937.

PÓS-ENTREVISTA - RELEMBRANDO A REVISTA SEXTA-FEIRA (USP)

Silvana Nascimento: [...] Ah, e deixa eu falar uma coisa para vocês: vocês conhecem - não sei se já ouviram falar, já que era da minha época - a revista Sexta-Feira⁷³? Ela está digitalizada online. Foi uma revista que fizemos em 1997 - ai, meu Deus! Está aqui, vou pegar o link para vocês verem.

Qual era a nossa ideia com a Sexta-Feira? Era um momento em que estávamos no final da graduação, no início do mestrado e queríamos fazer uma revista que saísse dos muros da universidade e fizesse diálogos com outras áreas. A gente tinha um grupinho de amigos - e somos amigos até hoje - em que estavam: Renato Sztutman⁷⁴, que é professor também - o Renatinho -, o Stelio Marras⁷⁵, que é

⁷³ A ideia da **revista Sexta-Feira** nasce em 1996 buscando um movimento de abertura para um público mais amplo que aquele do leitor acadêmico, forçando as fronteiras entre a ciência, a arte e a política. A partir do segundo número, lançado em abril de 1998, a revista torna-se temática. Festas, Fronteiras, Corpo, Tempo, Utopia, Guerra e Periferia: tais são os assuntos que costuram as suas páginas, do número 2 ao 8. A relação entre o texto e a imagem é marca especial da revista, que compactua com a ideia de que imagens são fortes instrumentos de conhecimento. A revista abre também espaço para a análise de diferentes sortes de imagens, sobretudo aquelas fabricadas pelo cinema e pelas artes visuais, campos decisivos da produção cultural contemporânea. Outra marca importante de Sexta-Feira são suas entrevistas. Cada número abriga ao menos uma entrevista com um antropólogo brasileiro, além daquelas com diferentes intelectuais e artistas destacados na cena contemporânea. Por fim, uma palavra sobre o nome da revista. Este é inspirado no personagem Sexta-Feira do *Robinson Crusoe* de Daniel Defoe, recriado por Michel Tournier em seu *Sexta-Feira ou os limbos do Pacífico*. O Sexta-Feira de Tournier é um “homem de cores”, figura da liminaridade: meio indígena, meio negro, incabível em categorias fixas. Aveso à submissão, capaz de desestabilizar o projeto utópico de Robinson, este que afirma sem cessar a supremacia sociocultural do Ocidente. Para conhecer mais, acesso o *site* da revista Sexta-Feira: <https://www.usp.br/revistasexta/>

⁷⁴ Renato Sztutman é professor do Departamento de Antropologia da USP. É mestre (2000) e doutor (2005) em Antropologia Social pela USP, área de etnologia indígena. Coordena atualmente o Centro de Estudos Ameríndios (CEstA-USP). Foi um dos fundadores e co-editou, entre 1997 e 2007, a revista Sexta-Feira. Dentre suas publicações, destacam-se o livro *O profeta e o principal: a ação política ameríndia e seus personagens* (Edusp/Fapesp, 2012) e a coletânea *Eduardo Viveiros de Castro: entrevistas* (Azougue, 2008). Seus principais temas de pesquisa são: cosmopolíticas indígenas, fronteiras entre antropologia e filosofia, antropologia e cinema. [texto adaptado do sistema de currículo lattes].

⁷⁵ Stelio Marras é professor e pesquisador em antropologia do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP. Bacharel em Ciências Sociais, mestre e doutor em antropologia pela FFLCH-USP. Atua principalmente em Antropologia da Ciência e da Tecnologia, Antropologia da Natureza e da Modernidade, Estudos Pós-Disciplinares em Multiespécies e Cosmopolíticas, Antropologia e Meio Ambiente, Antropologia do Antropoceno, Teoria antropológica. É co-coordenador do LAPOD (Laboratório Pós-Disciplinar de Estudos - IEB/LaBieb/USP) e pesquisador do Centro de Estudos Ameríndios (CEstA-USP). [texto adaptado do sistema de currículo lattes].

professor do IEB, Florencia Ferrari⁷⁶, dona da Editora Ubu, Paula Miraglia⁷⁷, que é diretora do Nexo Jornal... Éramos um grupo de amigos na época, todos eram estudantes e queríamos fazer essa revista. E estávamos fazendo uma coisa que vocês [revista *Humanidades em Diálogo*] estão fazendo. Estudávamos juntos para fazer a revista - como vocês fazem -, e isso é muito legal, porque permite que ainda que estejamos falando de Academia, com pessoas da Academia, tenhamos uma capilaridade para outras áreas. [...]

A gente tinha um grupo da Sociais e um grupo da FAU [Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP], que fazia o design gráfico. Eles faziam o design, a gente fazia os textos, fazíamos reuniões, tomávamos vinho - a gente fazia mil coisas. Era muito legal, foi uma época muito boa e foi super importante para nossa formação. Foi muito importante. Até hoje temos o grupo da Sexta-Feira, no WhatsApp... Enfim, todo mundo já velho, cinquentão, mas continuamos amigos. Foi muito, muito importante. Dêem uma olhada depois. [...]

E, sabe, eu lembro que para publicar a primeira edição... a gente foi sempre muito baladeiro, né? Todo mundo de festa. E na primeira revista, a gente fechou um lugar e pagamos a gráfica para a revista com os ingressos da festa. A festa bombou! A gente trabalhou para caramba e fez uma festa - festona! -, com ingressos e pagamos a revista com a festa. Era assim, a gente fazia essas coisas. Depois, conseguimos um edital da Secretaria da Cultura para fazer mais algumas edições. E aos poucos cada um foi para um canto, né? Aí o projeto não foi para frente. Mas, por exemplo, a Florência aprendeu a ser editora de revista - a ser editora -, na Sexta Feira. Hoje, ela é dona de uma editora super boa, mas ela aprendeu num grupo assim: num coletivo. Então, [...] tem uns editais fora da Universidade que às vezes vale a pena entrar - a Universidade não tem muita verba, mas, às vezes, fora da Universidade tem uns editais da Prefeitura, da Secretaria de Cultura.... Agora vai ter que começar a ter mais... torcemos, né? Agora, acho que as coisas vão melhorar um pouquinho. Já aumentaram o valor das bolsas, não é? Olhe, gente, muito axé para vocês, foi muito bom. Obrigada por me ouvirem!

⁷⁶ Florencia Ferrari é graduada em Ciências Sociais pela USP (1997), defendeu o mestrado em Antropologia Social com a dissertação *Um olhar oblíquo: contribuições sobre o imaginário ocidental sobre o cigano* (USP, 2002) e o doutorado em junho de 2010 com a tese *O mundo passa: uma etnografia dos ciganos Calon e suas relações com os brasileiros*, no mesmo departamento com bolsa da Fapesp e bolsa sanduíche no *Department of Anthropology* do *University College of London*, na posição de *Honorary Research Assistant* de março de 2008 a agosto de 2009, coberto pela Bolsa Alban e pela Fapesp. Publicou o livro *Palavra cigana - seis contos nômades* (Cosac Naify, 2005), com o qual recebeu o prêmio Figueiredo Pimentel de Melhor livro reconto de 2005, da Fundação Nacional do Livro Infante-Juvenil. [texto adaptado do sistema de currículo lattes].

⁷⁷ Paula Miraglia é co-fundadora e Diretora Geral do Nexo Jornal. Cientista Social e doutora em Antropologia Social pela USP, foi diretora de organizações não governamentais internacionais, entre elas o *International Centre for the Prevention of Crime*, no Canadá. Foi consultora do Banco Mundial e do Banco Interamericano para o Desenvolvimento. [texto adaptado do sistema de currículo lattes].